



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUCI DE MIRANDA VILLANI

**A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DURANTE A
DITADURA MILITAR NO BRASIL, SOB O OLHAR DO
CINEMA NACIONAL**

MARINGÁ - PR

2024



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUCI DE MIRANDA VILLANI

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL, SOB O OLHAR DO CINEMA NACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Orientador: Prof. Dr. Leandro Brunelo.

MARINGÁ – PR

2024



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

V716v

Villani, Luci de Miranda

A violência contra as mulheres durante a ditadura militar no Brasil, sob o olhar do cinema nacional / Luci de Miranda Villani. -- Maringá, PR, 2024.
101 f. : figs.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Brunelo.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2024.

1. Violência contra a mulher - Ditadura militar - Brasil. 2. Violência contra a mulher - Cinema - Brasil. 3. Ensino de história. I. Brunelo, Leandro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional. III. Título.

CDD 23.ed. 981.063

Síntique Raquel Eleutério - CRB 9/1641



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUCI DE MIRANDA VILLANI

**A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR NO
BRASIL, SOB O OLHAR DO CINEMA NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História, sob a apreciação da seguinte Banca Examinadora:

Aprovada em ____/____/____

Prof. Dr. Leandro Brunelo
Orientador- UEM/PROFHISTÓRIA

Prof. Dr.

Prof. Dr.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Dedico esta pesquisa ao meu esposo e filho, por terem sempre a sabedoria para respeitar meus momentos de estudo. Também aos meus pais (*in memoriam*) que me ensinaram o valor do estudo. E a todos os professores de História que acreditam na mudança através da Educação.



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos os professores que me ensinaram que a busca pelo conhecimento é essencial para que o ser humano tenha sua satisfação pessoal, que é imprescindível conhecer a verdade e buscá-la sempre. E, quando pudermos mudar o que estiver errado, que o façamos, mas sempre persistir naquilo que considerarmos impossível. Também, agradecer aos responsáveis pela minha aprovação no Curso de História na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, década de 1990; bem como, a oportunidade de ingressar no início dos anos 2000 nos Colégios Estaduais do Paraná, como professora de História e, mais tarde, tornar-me professora concursada, objetivo de muitos.

Desde o primeiro contato com os professores e doutores do ProfHistória, sempre tive a certeza de que os conhecimentos e as experiências vividas por eles contribuiriam para melhorar minha praxe de ensino junto aos meus alunos. Quero agradecer a forma com que me trataram com tanto respeito às minhas limitações, principalmente, o meu Orientador Prof. Dr. **Leandro Brunelo**, que, por sua experiência, proporcionou a minha participação em dois eventos para apresentação do projeto de pesquisa em coautoria, com o tema desta dissertação de mestrado. O primeiro foi na XXV Semana de História da UEM: (Re)Encontros com a História, realizada em dezembro de 2022. A segunda, no evento: Democracias em Reconstrução - As Redemocratizações no Brasil e América Latina - ST 8 - Mulheres, relações de gênero e feminismos: histórias, memórias e trajetórias, II encontro ProfHistória e outros. Essa experiência foi de grande valia para minha expectativa sobre o assunto pesquisado e, sem a presteza do estimado orientador, não seria possível realizar.

Quero agradecer à minha família, principalmente ao esposo, sempre ao meu lado para que eu não desista de meus projetos. Ao meu filho, que nos últimos anos teve que entender a minha ausência. E por fim, agradeço a Deus pela saúde, discernimento e luz para poder concluir minha dissertação com um tema tão relevante para a atual conjectura política do país.



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

VILLANI, Luci de Miranda. **A violência contra as mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil, sob o olhar do cinema nacional**. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

RESUMO

A Dissertação tem como proposta analisar a violência contra as mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil, sob o olhar do cinema nacional. Nesse sentido, analisamos o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), bem como questões relacionadas às violações dos direitos humanos das mulheres. Por isso, problematizamos o conceito de golpe civil-militar; os governos militares; os organismos de repressão e censura; a supressão aos direitos humanos e as torturas utilizadas contra as mulheres. Como o intuito foi compreender a repressão contra as mulheres durante a Ditadura Militar, vista pelo cinema, debatemos os conceitos e as concepções referentes ao gênero feminino e sua discussão no ambiente escolar e, além disso, o trabalho com cinema em sala de aula. Também destacamos o protagonismo feminino como resgate de memória e ferramenta de discussão e, por fim, a análise dos filmes escolhidos como fontes dessa pesquisa: “Que bom te ver viva” (1989); “AI-5 O dia que não existiu” (2012); e, “A memória que me contam” (2012). Por fim, organizamos o “Produto Didático: o uso de filmes para a construção do saber no ensino médio” e as metodologias utilizadas para a produção das videoaulas, para o canal “Mulheres em Foco” (*Youtube*) e as sequências das aulas, com cinco produções: “As mulheres e resistência na Ditadura Militar”; “O cinema como forma de resistência”; “O que foram os “Anos de chumbo”; “O Ensino na época da Ditadura Militar”; e “A importância do protagonismo feminino”.

Palavras-chave: Ditadura Militar; violência de gênero; filmes; ensino de História.



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

VILLANI, Luci de Miranda. **Violence against women during the military dictatorship in Brazil, through the eyes of national cinema.** Dissertation (Professional Master's Program in History Teaching - PROFHISTÓRIA) – State University of Maringá, Maringá, 2024.

ABSTRACT

The Dissertation aims to analyze the violence against women during the Military Dictatorship in Brazil, through the eyes of national cinema. In this sense, we analyzed the period of the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), as well as issues related to violations of women's human rights. Therefore, we problematize the concept of civil-military coup; military governments; repression and censorship bodies; the suppression of human rights and the torture used against women. As the intention was to understand the repression against women during the Military Dictatorship, seen through cinema, we debated the concepts and conceptions regarding the female gender and its discussion in the school environment and furthermore, working with cinema in the classroom. We also highlight women's protagonism as a rescue of memory and a tool for discussion and, finally, the analysis of the chosen films as sources for this research: “Que Bom Te Ver Viva” (1989); “AI-5 – The Day That Never Existed” (2012); and, “Memories They Told Me” (2012). Lastly, we organized the “Didactic Product: the use of films to build knowledge in high school” and the methodologies used to produce the video classes, for the “Mulheres em Foco” channel (Youtube) and the class sequences, with five productions: “Women and resistance in the Military Dictatorship”; “Cinema as a form of resistance”; “What were the “Anos de Chumbo”; “Teaching at the time of the Military Dictatorship”; and, “The importance of female protagonism”.

Keywords: Military Dictatorship; gender violence; films; history teaching.



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI - Ato Institucional

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BNM - Brasil Nunca Mais

CODI-DOI - Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações Internas

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DCDP - Divisão de Censura e Diversões Públicas

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social

DSI - Divisão de Segurança e Informações

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LSN - Lei de Segurança Nacional

NEM - Novo Ensino Médio

OBAN - Operações Bandeirantes

ONU - Organização das Nações Unidas

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

SCDP - Serviço de Censura de Diversões Públicas

SESP - Secretária Estadual de Segurança Pública

SNI - Serviço Nacional de Informações

UDN - União Democrática Nacional

UNE - União Nacional dos Estudantes

VAR - Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- DITADURA MILITAR NO BRASIL: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES.....	20
1.1 OS GOVERNOS MILITARES (1964-1985).....	24
1.2 OS ORGANISMOS DE REPRESSÃO E CENSURA NOS GOVERNOS MILITARES.....	34
1.3 OS GOVERNOS MILITARES E A SUPRESSÃO AOS DIREITOS HUMANOS....	39
1.4 AS MULHERES E OS MÉTODOS DE TORTURAS UTILIZADOS PELOS GOVERNOS MILITARES.....	42
CAPÍTULO 2- REPRESSÃO CONTRA AS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR VISTA PELO CINEMA.....	52
2.1 CONCEITOS E CONCEPÇÕES AO GÊNERO FEMININO E SUA DISCUSSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR.....	55
2.2 O TRABALHO COM CINEMA EM SALA DE AULA E NA HISTÓRIA.....	57
2.3 O PROTAGONISMO FEMININO COMO RESGATE DE MEMÓRIA E FERRAMENTA DE DISCUSSÃO.....	61
2.4 ANÁLISE DOS FILMES ESCOLHIDOS.....	66
CAPÍTULO 3- PRODUTO DIDÁTICO: O USO DE FILMES PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER NO ENSINO MÉDIO.....	76
3.1 O CANAL MULHERES EM FOCO E SEQUÊNCIA DAS AULAS.....	78
3.2 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E O DEVER DOS/AS HISTORIADORES/AS HOJE.	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
FONTES.....	94
LEGISLAÇÃO.....	94
REFERÊNCIAS.....	95



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

INTRODUÇÃO

A dissertação "Violência contra as mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil, sob o olhar do cinema nacional" apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, em 2024, tem o objetivo de propor uma análise profunda sobre a repressão enfrentada pelas mulheres durante os governos militares no período de 1964 a 1985.

O estudo problematiza diversos aspectos, incluindo o conceito de Golpe Civil-Militar, os governos militares, os organismos de repressão e censura, a supressão dos direitos humanos e as torturas específicas direcionadas às mulheres. Para tanto, o cinema nacional é utilizado como uma lente para examinar esses temas, oferecendo uma perspectiva cultural e histórica única sobre as experiências das mulheres durante este período sombrio da história brasileira. Os filmes escolhidos como fontes para esta pesquisa foram: "Que bom te ver viva" (1989), "AI-5 O dia que não existiu" (2012) e "A memória que me contam" (2012).

Além da análise cinematográfica, a dissertação também aborda a importância da discussão sobre o gênero feminino no ambiente escolar, destacando o uso do cinema como uma ferramenta poderosa para ensinar história e promover a reflexão crítica entre os estudantes. O "Produto Didático", focado na criação de videoaulas para o canal "Mulheres em Foco" no *YouTube*, exemplifica a aplicação prática dessas metodologias educacionais, abordando temas como a resistência das mulheres, o papel do cinema como forma de resistência, a educação durante a Ditadura Militar e o significado do protagonismo feminino.

O primeiro capítulo tem como foco sintetizar a história do período da Ditadura Militar no Brasil, quando a violação aos direitos humanos das mulheres teve seu ponto determinante após o Golpe Civil-Militar, em 31 de março de 1964.

Esse movimento contou com os fatores políticos, econômicos e sociais, desfavoráveis ao governo à época e, concomitantemente, com o financiamento de ações anticomunista empreendidas pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que aterrorizavam a sociedade sobre o perigo do comunismo atingir a Nação. Dessa forma, e com o apoio das lideranças da Igreja Católica, da Classe Média e, da população conservadora, deram sustentação às Forças Armadas para



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

implementar o modelo de governo militar no país, há muito desejado por eles e que durou longos vinte e um anos, os quais suprimiram os direitos constitucionais e limitaram os Poderes Legislativo e Judiciário.

Destarte, em 09 de abril de 1964, o movimento confirmou a sua vitória por meio de um “Manifesto à Nação”, publicando em Diário Oficial o Ato Institucional nº 1, que chamou o Golpe de “Revolução Vitoriosa”, e ainda havia a afirmação de que era necessária para o estabelecimento da ordem à Nação, haja vista que o Brasil estava caminhando para uma “ditadura comunista”, enquanto seu povo, com o Poder Constituinte, não tinha outra forma de conter seu avanço, não fosse via controle pelas Forças Armadas.

Também se afirmava ser era necessária para a “reconstrução econômica, financeira, política e moral”, bem como a “restauração da ordem interna e prestígio internacional” do país. A partir daí, passaram a perseguir os congressistas, militares com viés ideológico suspeito, governadores, sindicalistas, diplomatas e os ministros mais progressistas. Com o apoio das Forças Armadas, o Poder Executivo centralizou suas decisões e buscou combater tudo aquilo que pudesse colocar o novo modelo político em risco.

Para que esse projeto político fosse sustentado, criaram o Sistema Nacional de Informação (SNI), com a Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964 que, até o ano de 1985, pudesse desenvolver operações de inteligência, as quais monitoravam e coletavam informações para a prevenção de ações de grupos terroristas, organizações criminosas, grupos extremistas e o monitoramento de pessoas que representassem ameaça à segurança nacional.

Dessa forma, o governo tinha as armas necessárias para violar os direitos humanos e restringir as liberdades individuais, com a justificativa de estarem defendendo a Nação de um “inimigo declarado”, isto é, os comunistas. Esse sistema serviu para dar o total apoio a política de repressão, como para investigar, persuadir e até torturar psicologicamente seus inimigos.

Para compreender melhor esse período, de 1964 a 1985, é necessário conhecer a sua conjectura ideológica, política e, principalmente, responder algumas indagações sobre os governos militares: marechal Humberto Castello Branco, marechal Arthur Costa e Silva, general Emílio Médici, general Ernesto Geisel e general João Batista Figueiredo. Durante o



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

governo desses generais-presidentes, a oposição ficou comprometida e também os direitos fundamentais.

Além disso, a liberdade de pensamento, liberdade política e filosófica eram restringidas com muito rigor. A Constituição Federal de 1967 dava poderes aos militares para sufocar qualquer tentativa de manifestação contrária ao regime instituído. Tanto que, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional de nº 5 conferiu amplos poderes ao Presidente da República, tais como autonomia para fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos eletivos, e institucionalizar a repressão. Como medida principal, as operações repressivas, situadas em São Paulo, designadas de Operação Bandeirantes (Oban) foram expandidas e tornaram-se o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) que coordenava os Departamentos de Operações e Informações (DOIs).

Além desses órgãos, o Regime Militar também contava com os órgãos de informações do Exército, Marinha e Aeronáutica. Também determinou a censura prévia às publicações, incluindo jornais, revistas, livros, filmes e programas de rádio e televisão. Com essa medida, o governo controlava o conteúdo divulgado e evitava críticas ao regime. Por outro lado, utilizou muitos veículos de comunicação, pagos com o dinheiro público, para disseminar propagandas e *slogans* governamentais que fossem positivos à Ditadura Militar, como o suposto “Milagre Econômico”, “Brasil, um país que vai pra frente” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Entretanto, a partir dos governos dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, entre os anos de 1974 a 1985, passa a tomar forma o projeto de abertura política como sendo uma "distensão lenta, gradual e segura". Tanto que continuou o controle sobre os meios de comunicação e a censura prévia. Também utilizaram o AI-5 para fechar o Congresso Nacional, em abril de 1977, pós o projeto governamental de reforma judiciária não alcançar o número necessário de votos na Câmara dos Deputados.

Mas, finalmente no dia 28 de agosto de 1979, a aprovação da “Lei da Anistia” permitiu o retorno de exilados políticos ao Brasil e concedeu perdão aos presos políticos, embora o objetivo principal dessa lei fosse isentar os agentes governamentais, que violaram os direitos humanos, após a redemocratização do país. Outro ponto crucial, nesse período, foi



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

a extinção do bipartidarismo no Brasil que permitiu o retorno do multipartidarismo e também a campanha das “Diretas Já”, que exigiam eleições diretas para presidente da República, em 1984.

Vale destacar que os governos militares praticaram os mais diversos tipos de violações contra os direitos humanos, apesar de se mostrarem em conformidade com a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas determinações. Assim, burlavam o sistema político e jurídico por meio de leis, decretos e atos institucionais, em prol da “Segurança Nacional” e contrárias à própria Declaração Universal dos Direitos Humanos e às garantias fundamentais, como o direito à liberdade, à igualdade, à dignidade e à fraternidade.

Isto é, medidas incompatíveis com o Estado Democrático de Direito e que foram relatados em documentos históricos da época, como o relatório de vítimas do Regime Militar, que constam no livro “Brasil, Nunca Mais” (Arquidiocese Católica do Brasil) e nos relatórios da “Comissão Nacional da Verdade”.

Nesse período, as organizações femininas estavam desmanteladas, por conta da sociedade patriarcal. Aos poucos, entretanto, foram retomando suas posições ideológicas e políticas e, através da União dos Estudantes Secundaristas, mais tarde UNE – União Nacional dos Estudantes– foram dando vozes aos movimentos que pediam o fim da Ditadura Militar no país.

Com isso, essas mulheres foram vigiadas, presas, torturadas e até assassinadas pelos agentes da repressão, que não pouparam os mais terríveis assédios aos corpos femininos. Essas, jovens e senhoras, foram vilipendiadas pelos seus torturadores, que as submetiam a métodos capazes de lhes tirarem o desejo de permanecerem vivas, haja vista as técnicas utilizadas pelos oficiais que as feriram nos aspectos físico, psicológico e moral com os procedimentos de tortura empregados, como o pau-de-arara, o choque elétrico, a pimentinha, o afogamento, a cadeira de dragão, a geladeira, a palmatória, os produtos químicos e as agressões físicas. Esses procedimentos sempre eram desenvolvidos concomitantemente a outras formas de torturas, como xingamentos, direcionadas ao gênero feminino, atribuídos às mulheres, por causa de seu sexo.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Mesmo assim e, diante das informações que se materializaram com os depoimentos das vítimas ou de familiares daquelas que não sobreviveram para relatar tamanha crueldade, ainda há “mulheres”, jovens e adultas que, em pleno século XXI, dão vozes significativas à Ditadura Militar e aos assassinos daquele momento fatídico da história brasileira. E é por isso que os historiadores devem buscar sempre os meios necessários para despertar no educando o interesse pela memória histórica e política do país.

A partir do embasamento da proposta da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular do Ensino Médio do Paraná, documento de 2021, que protegem os estudos de História do Brasil com as temáticas dos movimentos sociais, direitos humanos e componentes curriculares, como História da Ditadura Militar, foi possível a realização desse trabalho. Basta lembrar que a Lei nº 9.394/1996 já estabelecia que a educação se desenvolve na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Assim, nas instituições escolares, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), compete ao professor estabelecer os conteúdos que serão trabalhados em cada ciclo educacional, bem como o objeto de pesquisa. Dessa forma, os objetos escolhidos neste projeto de pesquisa são as produções cinematográficas: “Que bom te ver viva – 1989”, “A memória que me contam – 2012” e “AI-5 O dia que não existiu – 2001”. Três produções posteriores ao período da Ditadura Militar brasileira e que versam sobre o período, principalmente com foco em uma das possíveis abordagens que é o da violência sofrida pelas mulheres e que faz parte do planejamento escolar do terceiro ano do Ensino Médio, em qualquer unidade escolar do Paraná e do Brasil.

No capítulo dois, serão discutidos vários temas sobre a repressão contra as mulheres durante a Ditadura Militar vista pelo cinema. Esses referidos temas fazem parte da BNCC – Base Nacional Comum Curricular – e do Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, documento de 2021, que apresenta como temática: História e Memória e Patrimônio Cultural Material e Imaterial dentro dos respectivos objetos de conhecimento. Essa abordagem ajuda a proteger, nos estudos de História do Brasil, temáticas, por vezes,



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

conflitantes na discussão pública, como movimentos sociais, direitos humanos, e componentes curriculares como História Afro-Brasileira, Indígena e Ditadura Militar.

Desse modo, como metodologia de ensino, foi necessário conhecer vários aspectos: o contexto de produção, produtores, diretores, sinopse, suas representações, inclusive faixa etária adequada para a idade e série. Portanto, o trato cinematográfico dentro da disciplina de História será pensado em duas etapas – primeiro, a que entende o filme como fruto do seu contexto de produção, e a segunda, a que analisa as representações consequentes desse contexto. Por exemplo, como as mulheres estão aqui representadas, quais intenções e escolhas estão presentes nessa construção.

Também serão abordados os conceitos e concepções ao gênero feminino e sua discussão no ambiente escolar; haja vista que o papel estratégico da educação para a diversidade é um fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Principalmente em relação à mulher brasileira, que sofre todos os tipos de preconceitos, por viver sob o jugo do patriarcalismo conservador.

Por conseguinte, a escola é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Portanto, é na escola que os alunos devem aprender e compreender os conceitos relacionados ao gênero feminino. Este se refere a características, papéis, comportamentos, expressões e identidades associadas às mulheres.

Em relação ao trabalho com cinema em sala de aula e na História, será analisado o cotidiano dos alunos e suas relações com as produções imagéticas, uma vez que seu uso tem sido mais observado nos dias de hoje, com a popularização da mídia e as melhores condições estruturais dos colégios para suas exibições. E, uma vez que o cinema é fonte de muitas possibilidades e potencialidades, cabe ao professor de História a mediação do aluno em superar o filme como peça de entretenimento e começar a lê-lo com mais profundidade. A imagética do filme e suas representações compõem uma bagagem útil aos jovens em formação, principalmente ante a atenção de novas gerações conectadas a inúmeros estímulos midiáticos e novas formas de linguagem.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Importante, nesse capítulo, é o destaque para o protagonismo feminino como resgate de memória e ferramenta de discussão. Apesar dos avanços do gênero feminino no decorrer dos últimos anos, é preciso refletir o motivo que leva as mulheres a serem excluídas dos espaços de debate, como na política, uma vez que a voz masculina é hegemônica em lugares acadêmicos, no mercado de trabalho, entre outros espaços. E, a ocupação das mulheres hoje na produção cinematográfica cria toda uma nova prática, aos poucos mais atenta às questões da luta feminista e na construção de personagens femininas empoderadas.

Portanto, com o fim do Regime Militar, foram possíveis produções as quais discutiam as diversas formas de violências relatadas por sobreviventes à Ditadura Militar e, com o cinema de retomada, vemos a inserção de muitas mulheres na produção e direção.

E para finalizar esse capítulo, será feita a análise dos filmes escolhidos: “Que bom te ver viva”, de 1989; “AI-5 O dia que não existiu”, 2001, documentário; e, por último, “A memória que me contam”, de 2012. O primeiro, é dirigido e escrito por Lucia Murat. A estrutura do filme é composta em intercalar com uma mulher sem nome, com monólogos reflexivos sobre gênero, sexualidade e crítica à imprensa e meios de comunicação da época. Apresenta também encartes explicativos com as várias sobreviventes torturadas no período da ditadura.

O segundo, é um documentário que conta sobre o fatídico dia 12 de dezembro de 1968, no qual a Assembleia Legislativa votava a cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves, além de contextualizar os dias anteriores e o que acontecia no mundo todo.

Graças à pesquisadora Anna Lúcia Brandão, alguns registros daquela sessão foram preservados. O documentário utiliza entrevistas feitas no ano 2000, com peças que estiveram presentes no evento, além de contar com atores para reproduzir a sessão, optando por imagens estilizadas em preto e branco.

E, por último, um filme ficcional que trata do conturbado processo político de abertura da Comissão Nacional da Verdade e apresenta um grupo de ex-guerrilheiros e militantes contra a Ditadura Militar serem reunidos após sua amiga Ana ser hospitalizada em estado grave. Faz uso da memória para a discussão do passado, além de ser dedicado a homenagear Vera Silvia Magalhães, uma das guerrilheiras envolvidas com o sequestro do embaixador



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

norte-americano, no Brasil em 1969, um dos eventos mais marcantes da Ditadura Militar no Brasil.

Finalmente, no capítulo três, foi desenvolvida uma série com cinco videoaulas, que tratam da história da Ditadura Militar no Brasil, entre os anos de 1964 a 1985, e também a forma de explorar a cinematografia, filmes já citados anteriormente, junto aos educandos do último ano do Ensino Médio, para entender sobre as torturas sofridas pelas mulheres, sob a perspectiva de gênero. O canal “Mulheres em Foco” nasce da necessidade de agregar as aulas a uma proposta em um lugar principal. A ideia aqui não é apenas restringir a visão de uma história das mulheres apenas durante o período ditatorial; o nome sugere uma possibilidade de vinculação de outros conteúdos atentos às questões de gênero dentro do estudo de História.

Atrair a atenção do aluno do Ensino Médio é trabalhar com a necessidade de uma linguagem além do sonoro, a visual. Por isso, o canal e as videoaulas intercalam as falas da apresentação com recortes imagéticos de fotos, manchetes, vídeos, colagens e outras fontes condizentes com o período estudado. A definição de uma marca de tempo voltada aos dez minutos, para colaborar com a possibilidade de uso no decorrer de uma aula presencial, no padrão de cinquenta minutos. Corroborar também em outro ponto relevante da discussão didática de hoje, a falta de concentração da geração Z, nativa digital e inserida hoje em redes sociais sempre mais dinâmicas e aceleradas.

Sendo assim, a aula um apresenta como tema “As mulheres e resistência na Ditadura Militar”, com duração de 12min39s. Aborda um panorama sobre o início do Golpe Civil-Militar, os movimentos de luta e resistência contrários à Ditadura, o papel das mulheres nesses movimentos e, por fim, uma discussão inicial quanto à tortura e repressão. A aula dois, “O cinema como forma de resistência”, com a duração de 11min50s. Resgata o olhar da Arte como forma de resistência dentro do período ditatorial e já leva a sugestão e debate dos filmes em seus momentos de produção posterior à Ditadura, principalmente com foco nas tramas e potencialidades, para análise dos filmes munidos das informações deixadas pelas aulas.

Por conseguinte, a aula três apresenta “O que foram os "anos de chumbo", com duração de 12min26s. Realiza a discussão quanto à terminologia “anos de chumbo” em referência à Ditadura Civil-Militar brasileira, o embate militares e subversivos, o AI-5 como o



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História

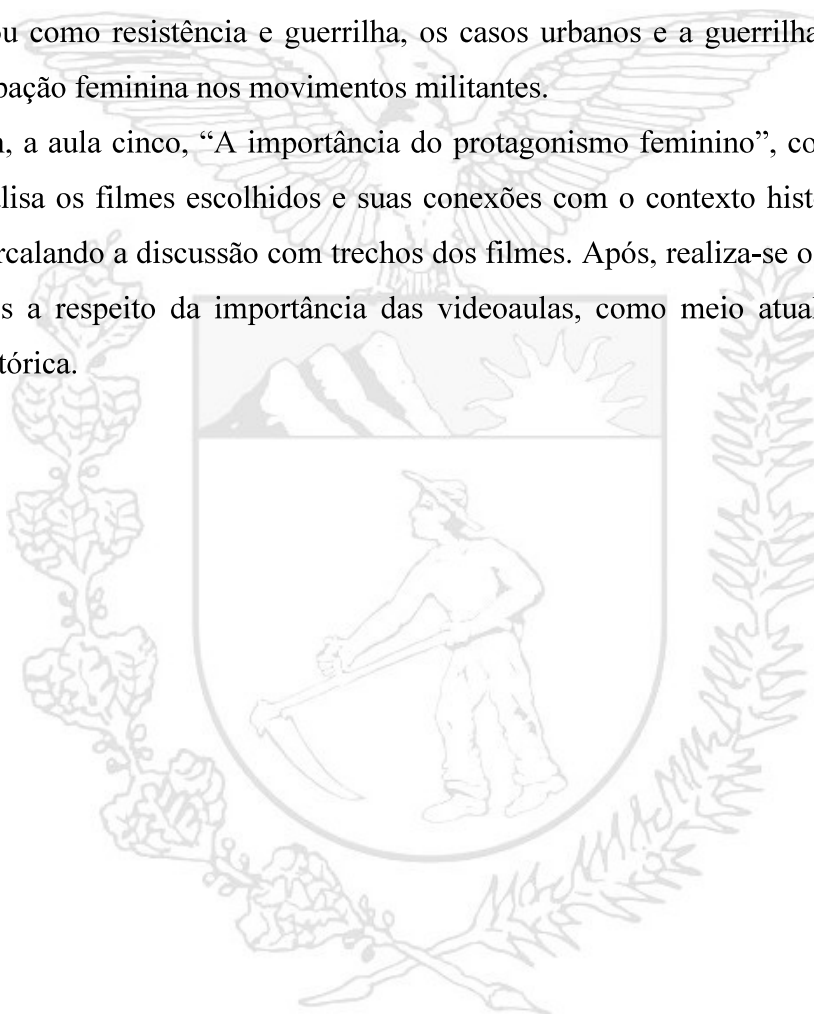


PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

“golpe dentro do Golpe”, as práticas de tortura e principalmente seu emprego nas mulheres. Destaca-se também a leitura de testemunhos dessas mulheres vítimas da violência das torturas.

Por sua vez, na aula quatro, “O Ensino na época da Ditadura Militar” com duração de 12min11s, aprofunda o debate do controle da educação na Ditadura e como o movimento estudantil atuou como resistência e guerrilha, os casos urbanos e a guerrilha do Araguaia e ainda a participação feminina nos movimentos militantes.

Por fim, a aula cinco, “A importância do protagonismo feminino”, com a duração de 10min30s, analisa os filmes escolhidos e suas conexões com o contexto histórico, sinopse e produção, intercalando a discussão com trechos dos filmes. Após, realiza-se o encerramento e reflexões finais a respeito da importância das videoaulas, como meio atual de divulgação científica e histórica.





Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Capítulo 1- DITADURA MILITAR NO BRASIL: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

A Dissertação "Violência contra as mulheres durante a Ditadura Militar no Brasil, sob o olhar do cinema nacional" apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, em 2024, propõe uma análise profunda sobre a repressão enfrentada pelas mulheres durante os governos militares no período de 1964 a 1985.

O estudo problematiza diversos aspectos, incluindo o conceito de Golpe Civil-Militar, os governos militares, os organismos de repressão e censura, a supressão dos direitos humanos e as torturas específicos direcionados às mulheres. Para tanto, o cinema nacional é utilizado como uma lente para examinar esses temas, oferecendo uma perspectiva cultural e histórica única sobre as experiências das mulheres durante este período sombrio da história brasileira. Os filmes escolhidos como fontes para esta pesquisa foram "Que bom te ver viva" (1989), "AI-5 O dia que não existiu" (2012) e "A memória que me contam" (2012).

Além da análise cinematográfica, a Dissertação também abordou a importância da discussão sobre o gênero feminino no ambiente escolar, destacando o uso do cinema como uma ferramenta poderosa para ensinar história e promover a reflexão crítica entre os estudantes. O "Produto Didático", focado na criação de videoaulas para o canal "Mulheres em Foco" no *YouTube*, exemplifica a aplicação prática dessas metodologias educacionais, abordando temas como a resistência das mulheres, o papel do cinema como forma de resistência, a educação durante a Ditadura Militar e o significado do protagonismo feminino.

O Golpe Civil-Militar no Brasil contou com os fatores políticos, econômicos e sociais, desfavoráveis ao governo João Goulart¹, atraindo as lideranças da Igreja Católica, da Classe Média e da população mais conservadora, que viram nas Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha) a solução para retirá-lo do poder, com o propósito de instaurar um

¹João Goulart (1919-1976). Foi empossado ao cargo de Presidente, em 7 de setembro de 1961. E na madrugada de 31 de março de 1964, um golpe militar que derrubou o Regime Democrático no Brasil, destituiu Goulart da Presidência. Ver: BRASIL. Arquivo Nacional. Centro de Referência de Acervos Presidenciais. João Belchior Marques Goulart. Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/155-joao-goulart>>. Acesso em: 11 de mar. 2024. Ver.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

sistema político de cunho ditatorial. Assim, o período de 21 anos foi entendido pelos estudiosos como um período que:

[...] estabeleceu no Brasil um ciclo político marcado pelo autoritarismo e pela depreciação brusca dos direitos constitucionais, tendo como esteio uma repressão política enérgica. O perfil do governo militar era caracterizado por um caráter opressor que esvaziou o Poder Legislativo, limitou o poder de ação do judiciário e conduziu arbitrariamente o Poder Executivo. (BRUNELO, 2009, p. 31).

Consequentemente, os direitos constitucionais foram suprimidos por uma ideologia ditatorial e autoritária, bem como a limitação dos poderes Legislativo e Judiciário. Oficialmente o Golpe ocorreu no dia 31 de março daquele ano e contou como financiamento a algumas entidades, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD²) e ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES³), as quais faziam ferrenha propaganda antigovernamental, até mesmo aterrorizando a sociedade sobre o perigo do comunismo. Assim, atraiu ainda mais a simpatia e a participação de grupos ligados à classe média, dos trabalhadores rurais e urbanos, do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN) e da Igreja Católica (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Os militares confirmaram a sua vitória e a exprimiram por meio do Ato Institucional nº 1 (AI-1), em 09 de abril de 1964, que afirmava:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se

²Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado maio de 1959 e dissolvido pela justiça em dezembro de 1963. Ver: SAVIANI. Dermeval. O legado educacional do regime militar. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, Brasil. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>>. Acesso em: 31 mar. 2024.

³Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IPES), fundado em 29 de novembro de 1961, permaneceu em atividade por aproximadamente dez anos, até se autodissolver em junho de 1971. Ver: SAVIANI. Dermeval. O legado educacional do regime militar. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, Brasil. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>>. Acesso em: 31 mar. 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. (BRASIL, 1964)⁴.

O AI-1 tratou o Golpe Civil-Militar como uma “Revolução Vitoriosa” necessária para estabelecer a ordem à sociedade brasileira, haja vista que o Brasil estava caminhando para uma “ditadura comunista”, enquanto seu povo, através de seu Poder Constituinte, não tinha outra forma de conter seu avanço, não fosse através do controle pelas Forças Armadas. Destacaram que a medida foi necessária para a “reconstrução econômica, financeira, política e moral”, bem como para a “restauração da ordem interna e prestígio internacional”. Vale destacar que os E.U.A. eram os principais interessados em conter a “onda comunista” que ameaçava a América.

Nessa perspectiva, o AI-1 foi assinado em meados de abril e teve a ratificação dos comandantes-chefes: Artur da Costa e Silva (Exército), tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. E com sua implementação, foi divulgada uma lista de cassados pelo governo, que somavam 102 nomes, dos quais 40 congressistas, 19 deles deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de João Goulart.

Outros seriam aqueles que tinham proximidade com o governo deposto, como militares, governadores, sindicalistas, diplomatas e os ministros mais progressistas. Podemos destacar os memoráveis políticos que estavam entre os perseguidos, como: Leonel Brizola (PTB-GA) e Francisco Julião (PSB-PE e fundador das Ligas Camponesas) e Luís Carlos Prestes. Destes, os que não entraram na clandestinidade foram exilados (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Com o apoio das Forças Armadas, o Poder Executivo centralizou as suas decisões e buscou combater tudo aquilo que pudesse colocar o novo modelo político em risco. Por isso, criou o Sistema Nacional de Informação (SNI), com a Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, que estabelecia:

⁴ Ato Institucional nº 1, ver: BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil. Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 31 de mar. de 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Art. 1º É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 2º O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional. (BRASIL, 1964)⁵

O SNI, entre os anos de 1964 a 1985, desenvolveu operações de inteligência, em que monitorava e coletava informações para a prevenção de ações de grupos terroristas, organizações criminosas, grupos extremistas e outros agentes que representassem ameaça à segurança nacional. Dessa forma, o governo tinha as armas necessárias para violar os direitos humanos e restringir as liberdades individuais, com a justificativa de estar defendendo a Nação de um “inimigo declarado”, isto é, livrar o país dos comunistas.

Conforme preconiza Dmitri Felix do Nascimento (2014, p. 135):

A atuação do SNI em nível nacional foi realizada nas várias esferas do poder, [...], por fora do Estado, clandestinamente pelo complexo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD), até se instaurar por completo dentro do Estado brasileiro[...].

Portanto, o órgão instituído com o propósito de conter as ideias de uma política democrática, disseminadas pela oposição aos governos militares, serviu para dar o total apoio à política de repressão, isto é, para investigar, persuadir e até torturar psicologicamente os “inimigos do Estado”.

O poder que os militares passaram a concentrar e canalizar sobre a sociedade, utilizou como meio para se ativar o emprego da força ou de outros aspectos coercitivos, para obter os fins desejados. Isso se deu, principalmente, a partir de uma contrarreação dos movimentos sociais que iniciaram uma volta ao cenário político nacional no final da década de 1960. A resistência advinda das organizações clandestinas de esquerda que se comprometeram com o viés da luta armada tanto no campo da cidade, também serviu como estímulo para o recrudescimento das medidas tomadas pelo governo militar no tocante ao endurecimento do regime político. (BRUNELO, 2009, p. 32).

Destarte, a tutela sobre a classe política e o controle policial e judicial dos movimentos sociais, as perseguições, as prisões, os inquéritos policiais e as torturas duraram desde o início

⁵ SNI - Sistema Nacional de Informação. Ver: BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil. Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

do Golpe Militar. Prisões dos governos nordestinos Seixas Dória⁶ (SE) e Miguel Arraes⁷ (PE), por serem contrários ao Golpe e às principais lideranças políticas que atuavam com o apoio dos partidos opositores e dos movimentos sociais da época, tais como: Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Assim, por um grande período, os principais políticos do país foram se calando, enquanto a aceitação aos militares aumentava cada vez mais. Muitos políticos traíam seus contrerrâneos em busca de apoio político e manutenção de seus poderes locais e, aqueles que não se curvavam, eram expostos à Ditadura e tinham que deixar o país.

1.1 OS GOVERNOS MILITARES (1964-1985)

Para compreender melhor o período, com seus longos vinte e um anos, da Ditadura Militar no Brasil, é necessário conhecer a sua conjectura ideológica-política e, principalmente, responder questionamentos, como: quem eram os governos pós Golpe (1964) e como chegaram ao poder? O que fizeram para colaborar com a ideologia anticomunista no país? Como tiveram coragem de perseguir e torturar mulheres? Como eram as torturas sofridas por elas? A partir dessas indagações, o leitor compreenderá melhor como foram traçados os rumos da política repressiva do Estado junto à Nação brasileira, pelos presidentes: marechal Humberto Castelo Branco, marechal Arthur Costa e Silva, general Emílio Médici, general Ernesto Geisel e general João Baptista Figueiredo.

⁶João de Seixas Dória (23/02/1917 – 31/02/2012). Assumiu o Governo em 1963. Com o golpe militar, foi levado para Salvador e depois para a Ilha de Fernando de Noronha onde ficou até agosto de 1964. Em 1966, teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Ver: SERGIPE. Governo, Palácio Museu Olímpio Campos. João de Seixas Dória. Texto elaborado pela equipe da Coordenação de Educação e Pesquisa Do PMOC. Disponível em: <https://palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/detalhe_governador.jsp?id=33>. Acesso em: 31 mar. 2024.

⁷Miguel Arraes de Alencar Filho (15/12/1916 – 13/08/2005). Três vezes Governador de PE; em 1962, foi deposto pelos militares; em 1964 é mantido preso por quase 14 meses. Libertado em maio de 1965, exilou-se na Argélia. Com a anistia, regressou ao país em 1979. Ver: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Registros das Sessões, Década 1980 – 89. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1980-89/biografia-miguel-arraes>>. Acesso em: 31 mar. 2024.



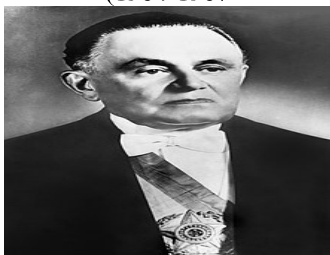
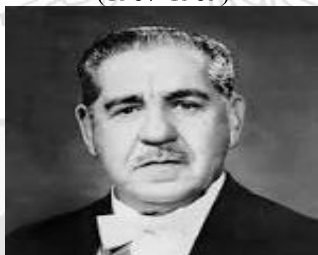
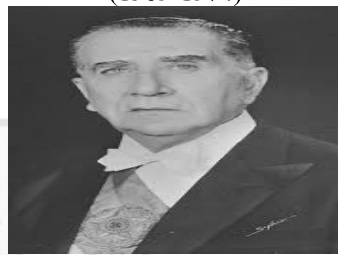
Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Merecem destaque os três primeiros. O marechal Castelo Branco foi o primeiro a ser efetivado como presidente da República após o Golpe de 1964; em seguida, sucedido respectivamente por Costa e Silva e Médici, esses considerados “governos linha-dura”. Vale a pena conhecer suas formas de governar; é imprescindível, porém, ter na memória “imagens” daqueles que, durante suas gestões públicas, perseguiram com medidas desproporcionais qualquer um que ameaçassem a vitória do Golpe Militar.

Mal. Humberto Castelo Branco (1964-1967)	Mal. Arthur Costa e Silva (1967-1969)	Gen. Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)
		

Fonte: Galeria dos Presidentes. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/galeria-de-presidentes>>. Acesso em 31 de mar. 2024.

O primeiro a exercer efetivamente o poder, a partir de 1964, foi o marechal Humberto Castelo Branco que, logo no início do governo, procurou concentrar todo o poder em suas mãos, tanto que instituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) - Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964. Justificou no art. 1º que “é criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional.” (BRASIL, 1964).

A partir de então, o marechal exerceu o seu poder “infinito” criando agências regionais onde fosse preciso, para poder assegurar aquilo que os militares chamavam de “Segurança Nacional”, em detrimento da democracia brasileira. As primeiras agências foram instaladas em São Paulo, Minas Gerais, Brasília, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco, e a agência central (AC) no Rio de Janeiro. (NASCIMENTO, 2014, p. 136).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Outra iniciativa assertiva do marechal Castelo Branco foi com o Ato Institucional n. 2 (AI-2)⁸, de 27 outubro de 1965, que por meio do art. 18, conseguiu extinguir os Partidos Políticos e cancelar seus respectivos registros. E, para a organização dos novos Partidos, foram mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965⁹, Lei Orgânica dos Partidos Políticos e suas prerrogativas. Foi dessa maneira que:

[...] por força do Ato Institucional n. 2/65, forçou-se uma experiência bipartidária. Foram dissolvidos os partidos existentes, enquanto se propiciava a criação de apenas dois: ARENA e MDB. Sendo estes marcados pelo artificialismo [...]. (FERREIRA FILHO, 2012, p. 60, *apud* RICHTER e FARIAS).

Além disso, o Ato, por meio do art. 15, dava a prerrogativa ao presidente da República, em favor da consolidação da Revolução, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

Em 24 de novembro de 1967, foi promulgada a Constituição Federal (CF)¹⁰, pelo já citado presidente. Era imprescindível para o fortalecimento e continuidade dos governos militares no comando do país, pois ela impedia a oposição de buscar os meios necessários para expressar a liberdade de pensamento e manifestação contrárias ao regime instituído pelo Golpe de 1964, haja vista que:

O primeiro direito que foi possível enquadrar como completamente excluído (ou diminuído) pelas Constituições de 1967 e 1969 foi o direito à liberdade de manifestação do pensamento, convicção política ou filosófica e também o direito de resposta. Nota-se que o texto da Constituição de 1967 tinha algumas restrições, repetindo as limitações da Constituição de 1946, tais como a possibilidade de censura por abusos em espetáculos de diversões públicas. Outra possibilidade de controle repetido e mantido pela Constituição de 1967 foi a intolerância a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe. (...), a repressão de propaganda de subversão é uma grande possibilidade de controle pelo Estado contra o indivíduo, especialmente quando este for contrário às ideias estatais. Com a Constituição de 1988, tais repressões foram retiradas do texto constitucional. (SGANZERLA, 2017, p. 98).

⁸AI-2. Ver: BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

⁹Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Ver: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4740-15-julho-1965-368290-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

¹⁰Constituição da República Federativa do Brasil. Ver: BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil, CRFB de 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 31 de mar. 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

A oposição aos governos militares ficaria cada mais comprometida; os direitos fundamentais, a liberdade de pensamento, liberdade política e filosófica eram restringidos com muito rigor, de modo que a CF/1967 dava poderes aos militares para sufocar qualquer tentativa de manifestação contrária ao regime instituído. Todas as entidades de classes, bem como os intelectuais que ousassem a enfrentar as ordens do governo eram investigados e recebiam as devidas retaliações do Estado. Para a efetivação desse projeto de silenciamento, criaram a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regulamentou a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

O segundo militar foi o marechal Arthur Costa e Silva (1967-1969) que assumiu a Presidência no dia 15 de março de 1967. Como candidato único, venceu as eleições indiretas em 1966. Depois de todas as implementações legais, realizadas por seu antecessor, pode-se dizer que chegou ao cargo um pouco mais confortável. Por conseguinte, com mais autoritarismo e concentração de poder, levou os militares, cada vez mais, a atuarem de forma intransigente e violenta no combate às manifestações populares, que eclodiram em várias regiões.

O ano era 1968, quando em Contagem - Minas Gerais - teve início uma greve de trabalhadores, causado pelo reajuste de apenas dez por cento no ordenado, enquanto o aumento da cesta básica e da inflação archoavam seus salários. Isso foi o estopim para que lideranças sindicais, políticas e estudantis agitassem o cenário nacional contra o Governo Militar levando à várias manifestações pelo Brasil.

Foi o que aconteceu, no mês seguinte, em pleno 1º de maio - Dia do Trabalhador - na cidade de São Paulo - SP - quando um levante de trabalhadores colocou seus políticos para fora do palanque, incendiando-o. No mês de junho, no Recife - berço político de Miguel Arraes - mais de 50 mil pessoas vão às ruas protestarem. Em julho, é a vez da cidade do Rio de Janeiro - RJ - tornar-se protagonista da revolta popular, com a "Passeata dos 100 Mil". No mês seguinte, na cidade de Osasco - SP - iniciava a greve dos metalúrgicos com a adesão por mais de dez mil operários.

E, diante do perigo da "Revolução Vitoriosa" não ter mais o apoio da Nação, o governo decidiu agir com mais repressão e violência aos movimentos sociais e à oposição,



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

principalmente àqueles que tinham uma cadeira no Congresso Nacional, mas continuavam fazendo oposição ao Governo Militar. Posto isso, não restou outra alternativa que não fosse a outorga de mais um Ato Institucional, que dava plenos poderes ao Presidente para poder extirpar qualquer ameaça ao projeto político-militar, que as Forças Armadas almejavam ainda antes do Golpe Civil-Militar de 1964.

O AI -5, em 13 de dezembro, simboliza o ponto decisivo de inflexão do regime e o momento paradigmático do processo de reforço da centralização militar do poder do Estado. Os limites severos fixados à atividade política e aos direitos civis revelam a disposição em continuar, agora em estágio superior, o “movimento de 31 de março de 1964” e restringem bruscamente a possibilidade de retomada do controle civil sobre a Revolução (CODATO, 2004, p. 12).

O Ato Institucional n.5 (AI-5)¹¹ efetivou o projeto ditatorial dos governos militares, conferindo poderes ao Presidente da República nunca antes imaginado, nem mesmo por aqueles que fomentaram o Golpe de 1964. Assim, o Estado Democrático de Direito continuava a adormecer por mais de uma década, deixando ao mandatário autonomia para fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos eletivos e institucionalizar a repressão.

Com isso, foram suprimidos os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos (a liberdade de expressão, livre organização e reuniões sindicais e exercício do direito civil e político). Em vez disso, eram criadas falsas propagandas de que os AI(s) eram realmente necessários, haja vista que, com essas medidas, os militares estariam defendendo o país de possíveis grupos “comunistas”, garantindo a segurança à Nação.

Uma das reflexões possíveis que tange a especificidade do governo militar brasileiro refere-se à forma como o regime autoritário foi planejado e, sobretudo arquitetado no país. Foi carimbado, flagrantemente, por uma ambiguidade incutida por seus dirigentes que, mesmo no exercício de um regime de exceção, procuravam legitimá-lo e caracterizá-lo como sendo um sistema de governo democrático. (BRUNELO, 2009, p. 32).

Também por meio de eleições indiretas, toma posse o general Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969. Foi considerado como o Presidente ainda mais “linha dura” da Ditadura Militar. Foi justamente em seu período de governo que o aparato de repressão do Regime Militar foi aprimorado para atacar os movimentos de esquerda que

¹¹AI-5. Ver: BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil, Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 31 de mar. 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

cresciam no período. Como medida principal, as operações repressivas, situadas em São Paulo, designadas de Operação Bandeirantes (Oban), foram expandidas e tornaram-se o Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) que coordenava os Departamentos de Operações e Informações - DOI(s) – (*vide subcapítulo 1.2*).

Além desses órgãos, o Regime Militar também contava com os órgãos de informações do Exército, Marinha e da Aeronáutica, que ambicionados pela manutenção da Ditadura, colaboravam com o governo na busca de táticas cada vez mais rigorosas para controlar toda as informações disseminadas dentro e fora do país.

Uma das primeiras medidas, gestão Médici, foi determinar a censura prévia às publicações, incluindo jornais, revistas, livros, filmes e programas de rádio e televisão. Praticamente todas as matérias deveriam ser submetidas à aprovação das autoridades antes de serem publicadas ou transmitidas. Isso fazia com que o governo controlasse o conteúdo divulgado e evitasse críticas ao regime.

Depois, perseguiu jornalistas, escritores e outros profissionais da mídia que se opunham ao Regime Militar eram frequentemente perseguidos, presos, torturados e até mesmo assassinados. Muitos veículos de comunicação foram alvo de ataques e intimidação por parte das autoridades, levando à autocensura e à diminuição da cobertura de assuntos sensíveis. Ocorreu muita intervenção nos meios de comunicação considerados hostis ao regime, substituindo seus diretores e editores por pessoas alinhadas aos interesses do governo.

Assim, se a censura serviu para cercear periódicos de grande circulação como Última Hora e Correio da Manhã e os da imprensa alternativa ou nanica, como Opinião, Movimento, Em Tempo, Pasquim, igualmente foi útil a muitos outros para calar aqueles que veiculavam posições contrárias ao regime e/ou à ordem capitalista. A censura, assim, desempenhou papel fundamental na implantação e na consolidação da ditadura, silenciando uns e servindo a outros. (BRASIL, 2022).

Enquanto as informações, propagadas pelos opositores ao governo, eram subjugadas pelos órgãos opressores, Médici utilizava muitos veículos de comunicação, pagos com o dinheiro público, para disseminar propagandas governamentais que fossem positivas à Ditadura Militar. Dessa maneira e, persuadindo toda a imprensa nacional, passou a exercer o controle sobre os conteúdos veiculados em rádios e televisões e com as propagandas em jornais e revistas.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Assim surgiam informações que impactavam a opinião pública a favor do governo, como o suposto “Milagre Econômico” que dava a impressão de que o país enriquecia e, por conseguinte, a população era a principal beneficiada, por isso deveria apoiar o Regime Militar. Dessa forma e, cada vez mais, faziam as propagandas em prol da governabilidade, enganando a população e utilizando principalmente dos *slogans*, posto que a maioria dos brasileiros não tem o hábito de ler e se baseia em informações rápidas para formar sua opinião. Era então uma forma de atrair a simpatia de seus eleitores. Sobre esse assunto, vale destacar o seguinte texto:

Outro slogan bastante empregado foi o “Brasil, um país que vai pra frente”, idealizado no governo de Ernesto Geisel, de 1974 a 1979. Seguindo a mesma proposta do slogan analisado anteriormente, esse, em especial, busca apontar um rumo de prosperidade, crescimento e de vida melhor para os brasileiros. Composto basicamente de palavras curtas, dissílabas, essa assinatura verbal apresenta a repetição das mesmas vogais que compõe a palavra “Brasil”, a partir do uso de “país” e “vai”, o que, novamente, configura a prática da assonância, como figura de linguagem predominante. Do ponto de vista “mercadológico”, o slogan traz nas suas entrelinhas que só os militares eram capazes de levar a nação ao progresso. Sob a condução deles, o Brasil não teria desvios na sua rota de avanços, eliminando, assim, a suposta ameaça comunista, que, segundo os ideólogos do regime, representavam um retrocesso para as pretensas conquistas que estavam por vir. Por fim, o famoso “Brasil, ame-o ou deixe-o”, novamente criado para o governo do general Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1975, segue também um caráter patriótico, a ponto de excluir todos aqueles contrários ao período e exaltar o sentimento nacionalista dentre a sociedade vigente. (MAZZEI, et al., 2017, p. 15-16).

Percebe-se que os militares utilizaram com muito sucesso os *slogans*, principalmente quando o intuito era persuadir o povo em relação ao progresso econômico do país e, com esses discursos, a população brasileira tinha a impressão de que “todos” usufruíam da política econômica do governo Médici. O mais lembrado deles, e que ainda continua ressonando na cabeça dos saudosistas, é “Brasil: ame-o ou deixe-o”, que sugere aos insatisfeitos com a gestão dos militares, incluindo os “comunistas” e a oposição em geral, que deixem o país para que os “patriotas” possam viver em paz. Entretanto, mesmo utilizando das mais medíocres frases de impactos e dos mais temidos métodos de repressão, ao final de seu mandato, o Regime Militar já enfrentava crescentes pressões, tanto internas quanto externas, para a redemocratização do país.

E, já não havia outra possibilidade, que não fosse mediante novas eleições que propiciassem uma “distensão lenta, gradual e segura para o término da Ditadura Militar. Foi



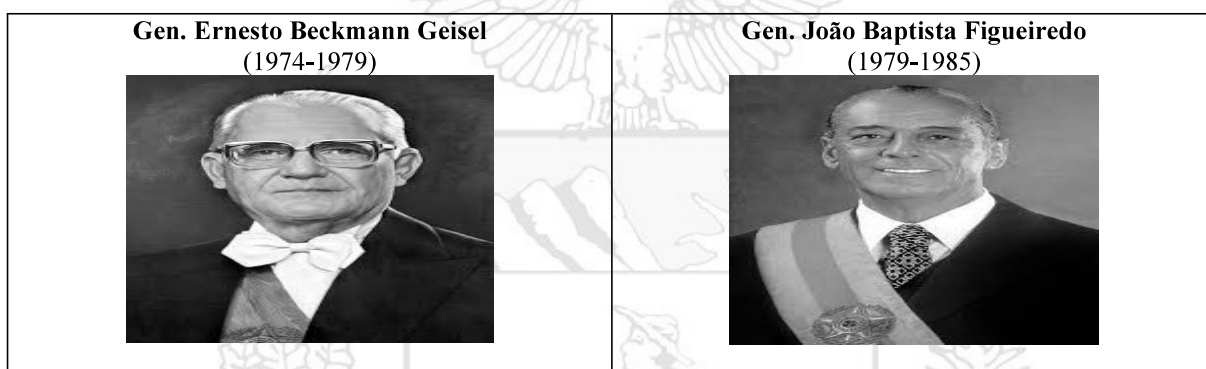
Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

nesse contexto que os generais Ernesto Beckmann Geisel e o João Baptista Figueiredo assumiriam o cargo majoritário no Brasil. Para esses, o maior desafio foi incumbência de fazer uma transição benéfica para todos os agentes opressores daquele período, solução que se deu por meio da “Lei da Anistia”¹², Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979. Esta impediu que futuros mandatários, pautados em legislações democráticas, pudessem cobrar pelos crimes cometidos durante a Ditadura (1964-1985). Assim chegaram à Presidência aqueles tidos como os mais moderados dos militares, porém enaltecidos da “Revolução Vitoriosa” de 1964:



Fonte: Galeria dos Presidentes. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/galeria-de-presidentes>>. Acesso em 31 de mar. 2024.

Foi nesse contexto político que, em 15 de março de 1974, assumiu a Presidência do Brasil o general Ernesto Geisel. Seu governo foi marcado pela articulação de um projeto de abertura política conhecida como "distensão lenta, gradual e segura". Rumo a uma indefinida democracia relativa, fez uma gestão com flexibilização nas restrições à liberdade de expressão, como exemplo, a restauração do *habeas corpus* em casos políticos.

Durante a gestão Geisel, o Regime Militar manteve a censura, embora menos rígida do que nos governos passados; reprimiu dissidentes políticos com perseguições, torturas e as prisões arbitrárias. Retaliou a oposição com perseguições, como no episódio conhecido como "Operação Radar", uma iniciativa do governo militar, entre os anos de 1973 e 1974, para reprimir a oposição política e eliminar potenciais ameaças ao governo. Visava dismantlar

¹²Lei da Anistia. Ver: BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, Concede Anistia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 31 de mar. 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

organizações consideradas subversivas pelo Regime Militar, especialmente grupos de esquerda, artistas, intelectuais e ativistas políticos. A ação resultou na prisão, tortura e exílio de várias pessoas que eram vistas como opositores ao governo.

Embora tenha se empenhado em dialogar com os parlamentares, a crise econômica e a reação da linha dura do Exército colocariam permanentemente em xeque seus planos, levando-o a fechar o Congresso Nacional em abril de 1977, após o projeto governamental de reforma judiciária não alcançar o número necessário de votos na Câmara dos Deputados.

Assim, o presidente Geisel utilizou o AI-5 para fechar o Congresso e outorgar duas emendas constitucionais, uma com as reformas rejeitadas e outra com as reformas políticas para controlar a sucessão presidencial. Então, em 1979, foi sucedido pelo general João Figueiredo, visto como um defensor da continuidade do Regime Militar, mas também como alguém que poderia dar continuidade ao processo de abertura política iniciado por Geisel.

O último dos governos militares (1979-1985) foi general João Baptista Figueiredo. A redemocratização seria o ponto crucial para o término dos vinte e um anos de comando militar no Brasil. Para que ocorresse de forma tranquila e pacífica, Figueiredo assinou, no dia 28 de agosto de 1979, a “Lei da Anistia”, que permitiu o retorno de exilados políticos ao Brasil e concedeu perdão aos presos políticos, incluindo tanto opositores do regime quanto agentes do Estado que cometeram violações de direitos humanos durante o período da Ditadura Militar. O objetivo principal da lei era promover a reconciliação nacional e encerrar os conflitos políticos do passado. No entanto, veja:

Quanto à lei de anistia de 1979, que abrange crimes políticos praticados entre 1961 a 1979, há que se afastar a insustentável interpretação de que, em nome da conciliação nacional, a lei de anistia seria uma lei de “duas mãos”, a beneficiar torturadores e vítimas. Esse entendimento advém da equivocada leitura da expressão “crimes conexos” constante da lei. Crimes conexos são os praticados por uma pessoa ou grupo de pessoas, que se encadeiam em suas causas. Não se pode falar em conexidade entre fatos praticados pelo delinquente e pelas ações de sua vítima. A anistia perdoou a estas e não a aqueles; perdoou as vítimas e não os que delinquem em nome do Estado. Ademais, é inadmissível que o crime de tortura seja concebido como crime político, passível de anistia e prescrição. (PIOVESAN, 2009, p. 181).

A Lei da Anistia, portanto, foi alvo de controvérsias e críticas, especialmente devido à sua cláusula de autoanistia, que beneficiou os agentes do Estado responsáveis por torturas e outras violações de direitos humanos. Ao longo dos anos, o debate sobre a Lei da Anistia



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

continuou no Brasil, em que alguns defenderam sua validade como instrumento de reconciliação nacional, e outros argumentam pela necessidade de revisão ou revogação da lei, para garantir justiça para as vítimas das violações de direitos humanos.

Outro passo importante, rumo a abertura política, foi a extinção do bipartidarismo no Brasil, transformando a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB respectivamente em PDS (Partido Democrático Social) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e permitiu o retorno do multipartidarismo, como PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores). Ainda realizou as primeiras eleições diretas para governador de Estado, interrompidas em 1965. Mas, por outro lado, enfrentou as greves no ABC paulista, que deflagaram a campanha pelas “Diretas Já”, em 1984:

Vamos começar pelo óbvio e pelo fim: a Campanha das Diretas Já foi um marco na história do Brasil no século XX. Milhões de brasileiros foram às ruas, em todos os cantos do país, como nunca se vira até então, exigir eleições diretas para presidente da República para aquele mesmo ano de 1984. Se eles não conseguiram em 1984, porque foram defraudados pelas correntes políticas conservadoras mais interessadas em promover uma “transição transada”, como então se dizia, deixaram claro naquele momento que não queriam também mais aquela ditadura que estava no poder desde o golpe de 1964. (DE HOLANDA, 2009, p. 109).

Apesar da mobilização massiva e do apoio popular, o Congresso Nacional não aprovou a emenda constitucional que permitiria as eleições diretas naquele momento. No entanto, o movimento teve um papel fundamental na abertura política do país, ao ampliar o debate sobre democracia e participação popular e ao pressionar por reformas políticas. Mas, será que o Brasil dos militares, de 1964 a 1985, chegaria ao fim? Embora enfrentassem a oposição, não abriram mão de seus poderes. Então, realizaram a eleição indireta para Presidente do país.

E, embora tivessem saído como “heróis nacionais”, seus governos e seus organismos de repressão e censura ficaram lembrados na história, como responsáveis pelas perseguições, torturas e assassinatos de inúmeras mulheres, conforme vários depoimentos e registros pós 1985. As eleições diretas, porém, não foram realizadas em 1984, como demandava o movimento “Diretas Já”. Todavia, o movimento contribuiu para o processo de redemocratização do Brasil, que culminou na eleição indireta de Tancredo Neves como presidente, em 1985, e na promulgação da Constituição de 1988, que estabeleceu as bases para a democracia brasileira atual.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

1.2 OS ORGANISMOS DE REPRESSÃO E CENSURA NOS GOVERNOS MILITARES

O termo "organismos de repressão" geralmente se refere a entidades ou agências governamentais responsáveis pela aplicação da lei e pela manutenção da ordem pública, especialmente por meio de métodos que podem incluir vigilância, controle e, em alguns casos, repressão de atividades consideradas ilegais, subversivas ou contrárias aos interesses do Estado. Eles podem variar significativamente de país para país e ao longo da história, mas geralmente têm como objetivo principal o controle social e político, muitas vezes através de medidas coercitivas.

Em contextos históricos específicos, como durante regimes autoritários ou ditatoriais, esses organismos podem ser usados de forma extensiva para reprimir dissidências políticas, suprimir movimentos sociais ou monitorar cidadãos. É importante notar que o uso desses organismos pode levantar questões sérias relacionadas aos direitos humanos, à privacidade e à liberdade de expressão.

No Brasil, os organismos de repressão nasceram com a consolidação do Golpe Militar em 1964, embora fossem projetados muito antes. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os oficiais da Força Expedicionária Brasileira – FEB – aproximaram-se ainda mais dos norte-americanos e da ideologia de “Defesa Nacional”, através de estudos militares que frequentavam nos EUA. No dia 20 de agosto de 1949, foi criada a Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, inspirada na mesma ideologia de propaganda pelo “*National War College*”, em que o maior desafio era proteger o Estado e suas Instituições de um possível “inimigo interno”.

Assim, uma teoria ideológica, mais voltada à direita, surgiu e seu objetivo era de intervir no processo político nacional, bem como formar oficiais para ocupar os cargos em governos militares no pós Golpe de 1964. Assim, foi a responsável pelo surgimento do Serviço Nacional de Informação (SNI), em 13 de junho de 1964, que dava ainda mais



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

sustentação ao Regime Militar e garantia a “segurança” do sistema, em detrimento do “bem-estar” humano.

E para garantir o apoio da população, aproveitaram e criaram um *slogan*, da época, que dizia: “Mais canhões, menos manteiga”; dessa forma, justificavam o sacrifício da liberdade, das garantias constitucionais e dos direitos da pessoa e o de fortalecer a mentalidade, em prol de um “estado seguro”, isto é, sem um inimigo interno (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

Outro dispositivo que deu amparo aos governos militares foi o Decreto-Lei nº 314 - Lei de Segurança Nacional, de 1967, dando total poder para que os órgãos governamentais justificassem, em nome da “democracia”, a destituição de governos estaduais, o fechamento do Congresso Nacional, o não cumprimento a Constituição Federal, a suspensão das garantias individuais.

Isso levaria a várias prisões, torturas e assassinatos dos opositores ao Regime, tanto que a própria Igreja Católica, que corroborou com o Golpe Militar em 1964, passou a referendar críticas aos meios repressivos do Estado. O sacerdote e teólogo belga, Joseph Comblin, em um de seus trabalhos, inclusive, escreveu: “O cidadão subordinado à Segurança Nacional é chamado a formar um poder que vai servir para dominar homens, quebrar suas vontades e destruir suas personalidades”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

A partir de 13 de dezembro de 1968, ocorreu a união entre as Forças Armadas, a Polícia Federal e as polícias estaduais, para fortalecer e controlar os meios de repressão contra os opositores ao sistema político da época. E, através financiamento por parte de multinacionais, como o Grupo Ultra, Ford, General Motors, entre outras, criaram em São Paulo a Operação Bandeirantes¹³ – OBAN, que oficialmente não era vinculada ao II Exército, mas funcionava à margem da lei, com homens das Forças Armadas e das polícias, e contava com financiamento privado de empresários, como se fosse um grande grupo miliciano. Foi

¹³ OBAN – Operação Bandeirante. Para celebrar a democracia, vereadores mudam nomes de ruas ligados à ditadura, trocando algozes por suas vítimas e golpistas por golpeados. Ver: SÃO PAULO. Governo. Câmara dos Vereadores. Portal da Câmara Municipal de São Paulo. Quando os vencidos narram a história, de 13 de janeiro de 2022. Fausto Salvadori. Edição: Sândor Vasconcelos. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/aportes/quando-os-vencidos-narram-a-historia/>> Acesso em: 31 de mar. 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

oficializada em 1970, com o nome de Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) (SALVADORI, 2022).

Em julho de 1969, foi a vez das polícias militares estaduais serem reorganizadas, quando seu controle passou a ser exercido pelo Estado-Maior do Exército e pelos comandos militares regionais. No ano seguinte, no mês de janeiro, é criado o DOI-CODI¹⁴ (Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), projetado para ser um órgão de repressão das três Armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) em escala nacional. Esse departamento foi inspirado na Operação Bandeirantes, visto o sucesso obtido contra os “subversivos paulistas”. E, sob o comando de um oficial do Exército, foram mais atuantes e passaram a ocupar o primeiro lugar nas denúncias de órgãos que não respeitavam os Direitos Humanos.

Mesmo que tivessem que utilizar métodos não-convencionais, o mais importante era a garantia da “Defesa Nacional”. Foram parceiros o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS¹⁵ - de âmbito estadual, e o Departamento de Polícia Federal – DPF – que atuavam para defender o país contra os “inimigos internos”. Em algumas ocasiões, juntavam-se em parcerias com outras polícias políticas da América Latina, para interrogarem brasileiros presos em outros países, como no Chile, na Bolívia e na Argentina. Entretanto, era no DOPS de São Paulo, sob o comando do Delegado Sérgio Paranhos Fleury, onde ocorriam os casos considerados mais aterrorizantes, principalmente com a criação de um grupo autodenominado “Esquadrão da Morte” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 73- 74).

¹⁴DOI-CODI - Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna. Criado durante o governo Médici. Reunia forças civis e militares, para centralizar e organizar toda a repressão aos adversários do regime. O departamento se tornaria conhecido como a central de tortura e assassinato dos adversários do regime. Apenas pelo DOI-CODI do 2º Exército (São Paulo) passaram mais de 6.700 presos, dos quais pelo menos 50 foram assassinados sob custódia entre 1969 e 1975. Ver: MEMORIAL DA DEMOCRACIA. DOI-CODI a máquina de torturar e matar. 2015-2017. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

¹⁵DOPS-Departamento de Ordem Política e Social, foi criada em 1924, como DEOPS, com a função de assegurar e disciplinar a ordem no país, foi instituída pela lei nº 2304 que tratava de reorganizar a polícia do Estado. Ver: CORRÊA. Larissa Rosa. O departamento estadual de ordem política e social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.33, 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/texto04.pdf/>>. Acesso em: 31 de mar. de 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

A fim de exercer um sistema de governo autoritário e repressor, sem testemunhas, e atrair a simpatia e a confiança da população, foram utilizados vários recursos, decretos e leis que lhes davam a legitimidade para combater o “inimigo” do regime. E o meio mais combatido foi a área de comunicação e publicidade, tanto que criaram a Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, para “regular a liberdade do pensamento e de informação”, conforme o pensamento militar. No mesmo viés, o Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, que alterava o art. 153, § 8º, da parte final, da Constituição Federal do Brasil, com o seguinte destaque:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. (BRASIL, 1970).

Com o referido decreto-lei, toda a publicação e a veiculação de matérias feitas pelos órgãos de imprensa e livrarias seriam fiscalizadas, monitoradas e autorizadas pelos órgãos governamentais ligados ao sistema político da época, entendendo, assim, que a censura aos meios de comunicação estava efetivada.

Então, dependendo do lado em que estivessem aqueles que produziam qualquer material em referência ao sistema político, bem como a moral e aos bons costumes, tendo matérias divulgadas ou não, tinham seus direitos à liberdade de imprensa cerceados pelos órgãos repressivos do governo. Para que pudessem sobreviver e lucrar nesse ramo, as empresas de comunicações deveriam referendar o Regime Militar e fazerem dessa “liberdade” uma aliança com a Ditadura.

Entretanto, várias revistas e jornais foram fechados e seus responsáveis punidos, pois se recusavam a fazer parte dos esquemas de corrupção, injustiça e distorção da realidade, em favor do governo. Assim, vale destacar que, no Brasil, a censura se pautou em duas frentes, nas diversões públicas, através do decreto nº 20.493/1946; e em relação à imprensa, pelos decretos e leis fundamentados no arcabouço jurídico geral da repressão e em preceitos legais difusos e pouco precisos (CARVALHO, 2012).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Dessa forma, o Serviço de Censura de Diversões Públicas – SCDP – que mais tarde se tornaria o DCDP – Divisão de Censura e Diversões Públicas – de natureza policial, vinculado ao Ministério da Justiça, passou a analisar e autorizar as informações ligadas aos “bons costumes” e a proteger o Estado de futuras manifestações artísticas e jornalísticas contra o governo. Para analisar sua origem, vale destacar:

A censura de diversões públicas, de cunho predominantemente moral, era legalizada e obedecia a uma tradição normativa inaugurada pela Constituição de 1934, que, no item 9 de seu art. 113, assegurava a livre manifestação do pensamento, sem dependência de censura, “salvo quanto a espetáculos e diversões públicas”. Esse mesmo dispositivo foi reproduzido nas Constituições de 1946 (art. 141, § 5º) e 1967 (art. 150, § 8º) e na Emenda Constitucional nº 01/1969 (art. 153, § 8º). Foi, porém, durante a vigência da Constituição de 1937, após o fim do Estado Novo e antes da promulgação da Constituição de 1946, que foi promulgada a principal norma utilizada durante o regime militar pós-1964 para sustentar a censura de diversões públicas. (CARVALHO, 2012, p. 57-58).

A Divisão de Censura e Diversões Públicas – DCDP – tinha como meta impedir publicações ou exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes; fazer a censura prévia, através da busca e apreensão de exemplares de livros e periódicos, alegando como intenção a proteção da “instituição da família” e de seus “valores éticos”, em face de publicações com o intuito de destruir os valores morais da sociedade brasileira. Entretanto, o principal objetivo estava relacionado à manutenção do regime político instaurado a partir de 1964, com o Golpe Civil-Militar (CARVALHO, 2012).

Regulando a sociedade através de uma ideologia conservadora, os órgãos de repressão, como o Serviço Nacional de Informação – SNI – o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS – o Departamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-CODI – o Departamento de Polícia Federal– DPF- juntamente com as Forças Armadas, colocaram em prática a “Doutrina de Segurança Nacional – DSN”.

A DSN refere-se a uma abordagem política, militar e ideológica adotada por várias nações. Foi formulada em fins da década de 1940 nos Estados Unidos e difundida por toda a América Latina, no contexto da Guerra Fria e alterou radicalmente a concepção de guerra, agora pautada pela constante “ameaça comunista”.

No contexto latino-americano, a Doutrina de Segurança Nacional ganhou destaque nas décadas de 1960 e 1970, influenciando as políticas de muitos países da região, incluindo o



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Brasil. Defendia a ideia de que os países deveriam adotar medidas de segurança interna e externa para proteger o Estado contra ameaças percebidas, como subversão interna, insurgência, guerrilha e influência externa, especialmente do comunismo. E, com esses argumentos, o governo militar justificou uma série de medidas repressivas, incluindo censura à imprensa, perseguição política, tortura e violações dos direitos humanos, sob o pretexto de proteger o país contra ameaças internas e externas.

1.3 OS GOVERNOS MILITARES E A SUPRESSÃO AOS DIREITOS HUMANOS

O governo brasileiro, entre os anos de 1964 e 1985, praticou os mais diversos tipos de violações contra os direitos humanos, mesmo nesse período sendo membro da Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive como partícipe de sua fundação em 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A ONU é um organismo que tem como missão “manter a paz e segurança no mundo”, com esperança a todos os cidadãos, zelando pelo bem mais precioso do indivíduo que é a vida.

Em 10 de dezembro de 1948, o governo brasileiro ratificou a Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, colocando-se disposto a legalizar os atos políticos em respeito aos direitos e garantias inalienáveis de seus cidadãos. Se por um lado o governo militar mostrava-se em conformidade com a ONU, por outro e através das leis, burlava o sistema político e jurídico. Por exemplo, em artigo da Constituição Federal de 1967, dando a liberdade aos agentes públicos de atuarem repressivamente em nome da “Segurança Nacional”. Vejamos o que diz o parágrafo 11 do artigo 150:

Art 150: A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 11. Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta. (BRASIL, 1967).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

A princípio, o *caput* do art. 150, atendia à Declaração Universal dos Direitos Humanos; entretanto, no parágrafo 11, autorizava a punição com a pena de morte, prisão perpétua, banimento e confisco, àqueles cidadãos que fossem considerados culpados pelas práticas de “guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva, nos termos que a lei determinar”. Esse texto constitucional, portanto, deu o aval necessário os meios governamentais de repressão para perseguir, torturar e matar os inimigos da Ditadura Militar.

Então, por diversas vezes, o organismo foi procurado para intervir junto àqueles que tinham seus direitos humanos infringidos, desde o Golpe de 1964. Os grupos ou indivíduos procuravam a organização para pedir que a Declaração Universal dos Direitos Humanos fosse respeitada pelo governo brasileiro e que as garantias fundamentais: liberdade, igualdade, dignidade e fraternidade, fossem respeitadas.

Isso porque aquilo que estava acontecendo no Brasil, seria somente aceitável governantes ditatoriais, autoritários, perversos e sanguinários; algo incompatível ao Estado Democrático de Direito, principalmente aos Estados-Membros da ONU, que se pautavam no art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

Na ânsia de colocar em prática o projeto político dos militares, porém, os governos utilizaram-se dos órgãos já existentes à época, como a Escola Superior de Guerra, que acreditava na capacidade de seus agentes treinados em prol da “Doutrina da Segurança Nacional – DSN” – inspirada na ideologia norte-americana de combate às ameaças internas e externas. Também contaram com a participação e cooperação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e outros órgãos de inteligência e repressão, que foram sendo aparelhados para combater tudo aquilo que pudesse destruir a tão esperada “Revolução Vitoriosa” e livrarem a Nação dos possíveis e indesejados “comunistas” ou daqueles que não estivessem alinhados ao governo militar.

Por isso, esse período (década de 60 e 70) ficou historicamente conhecido como “anos de chumbo” em referência à Guerra Fria, conflito indireto entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por esse viés político e ideológico, desde o Golpe até o final dos governos militares (1985), foram



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

cometidas várias arbitrariedades em desfavor do Estado Democrático de Direito e, principalmente, aos Direitos Humanos. Veja:

No imediato pós-64, antes, portanto do início da luta armada, os relatos sobre a violência policial e militar durante as prisões e nos presídios já era algo alarmante. Paralelamente, e longe das lides políticas, o desrespeito aos direitos humanos em relação aos prisioneiros comuns também não é algo tão novo no Brasil. Aliás, a própria colonização brasileira que se fez na base da escravidão tinha como contraponto o “tronco” para os castigos corporais. Desta forma, são incontáveis os capítulos da nossa história em que essa questão pode aparecer de maneira contundente e desconfortável, quer para a sociedade como um todo, quer para aqueles que, em diferentes épocas, detiveram o monopólio da força. Entretanto, o que difere a esse respeito, no período aqui abordado, é a forma como isto foi feito, ou seja, através do envolvimento direto das Forças Armadas. Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica. (CASTRO, et al., 1994, p.11).

Destarte, o desrespeito aos direitos humanos em relação aos prisioneiros da Ditadura Militar foi relatado em diversos documentos, como exemplos: livro “Brasil Nunca Mais” e Relatórios da Comissão da Verdade”, com depoimentos de pessoas torturadas pelos militares, documentos oficiais, entre outros. Esses documentos trazem muitas evidências de que as garantias e aos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, foram violados.

No entanto, a Nação assistia “bestializada” as perseguições políticas e ideológicas, as prisões irregulares, as torturas e o desaparecimento de pessoas, tão combatidos pela ONU - Organização das Nações Unidas¹⁶ - desde sua criação e amparada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH¹⁷ - que condena toda a violência que fere a dignidade humana. Então, será que em prol de uma ditadura que o Estado pode sobrepor-se ao direito fundamental? Veja:

¹⁶ ONU – Organização das Nações Unidas. Fundada em 1945, hoje tem 193 Estados-Membros. Ver: BRASIL. Nações Unidas. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Rio de Janeiro. Sobre a ONU. Disponível em: <<https://www.un.org/pt/rio#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,contidos%20em%20sua%20Carta%20fundadora>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

¹⁷ A DUDH. Ver: BRASIL. UNICEF. Para cada criança. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Algumas vezes se fala dos direitos humanos como se fossem direitos naturais; alguns afirmam que nascemos com eles. Mas isto é uma metáfora pois um direito só pode existir se for outorgado. De um lado pode, se dizer que num Estado os direitos humanos não existem se não estão outorgados pela lei, se não estão contidos na constituição. Por outro lado, se se afirmam que são naturais, quer isto significar que estes direitos são anteriores à lei, mas também, nesse caso, têm que ser entendidos como outorgados. Outorgados, nesse caso, por nossa crença moral. Através deste sentido é que se embasaria a sua existência universal. Dizer que dependem da constituição do Estado poderia levar a pensar num relativismo e que os direitos humanos pertençam a uma cultura política particular. O que é uma inverdade na razão direta de que os direitos humanos são uma componente necessária de legitimidade de um Estado moderno. (TUGENDHAT, 1998, p. 77 e 78).

Para Tugendhat (1988), os direitos humanos levam a um conceito central da moral política e, por serem outorgados por meio da crença moral, são eles que se universalizam. Partindo desse pressuposto, os governos militares foram “imorais”, à medida que não cumpriram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, haja vista que fez parte dos Estados-Membros em sua criação, no ano de 1948 e, como signatários, se comprometeu a respeitar, proteger e promover os direitos humanos consagrados no documento.

Em vez disso, foram incapazes de cuidar do bem-estar de seu povo, preferindo agir de forma autoritária e com requintes de crueldades; utilizaram do aparato estatal para subjugar todos aqueles que se opunham ao sistema político implantado naquele período, com torturas inimagináveis às vítimas, como: pau-de-arara, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira de dragão, geladeira, palmatória, produtos químicos e agressão física.

E as vítimas, apesar de a maioria ser do sexo masculino, foram as minorias do sexo feminino que sofreram com as mais terríveis práticas de torturas, por “serem mulheres” condenadas pelas culturas excessivamente patriarcais; justamente àquelas que tiveram seus corpos e mentes violados, para ressaltar o desprezo pelo gênero feminino. E, é por isso que jamais a “brasileira” pode deixar de conhecer a história desse período, em que muitas vítimas sofreram as mais terríveis torturas (psicológicas, físicas e morais) por parte do Estado Militar e que até hoje as sobreviventes guardam em suas memórias.

1.4 AS MULHERES E OS MÉTODOS DE TORTURAS UTILIZADOS PELOS GOVERNOS MILITARES



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Os governos militares, na ânsia de impedir o avanço dos movimentos sociais, à época de seus governos, não pouparam os mais terríveis assédios aos corpos femininos, tanto que eram nos próprios “porões” da polícia-política que elas sofriam com os mais temíveis processos de opressão e tortura. Observe o entendimento da historiadora Heloísa Starling (2018), sobre esses espaços de torturas:

A expressão “porões da ditadura” é usualmente utilizada por jornalistas e historiadores para indicar a clandestinidade em que foi praticada a política de extermínio - os porões não eram paralelos nem autônomos; o termo é utilizado para indicar que estavam ocultos dentro da máquina do Estado. Mas não se sabia até agora que “os porões da ditadura” tinham sede no Palácio do Planalto. Também é estarrecedor - e chocante - saber que, no Brasil, num tempo que não está distante de nós, o presidente da República tinha poder de decidir sobre a vida e a morte de seus prisioneiros políticos. Isso também joga por terra o argumento de que os militares estavam envolvidos numa guerra interna, uma “guerra suja”, e as mortes seriam consequência dessa guerra. Não tem guerra: eram prisioneiros e estavam sob a guarda do Estado. (STARLING, 2018).

E, sendo o próprio governo federal capaz de subjugar seus “inimigos” de forma tão cruel e utilizando dos próprios prédios públicos da federação, que as mulheres foram vilipendiadas pelos agentes torturadores, que as submetiam a métodos capazes de lhes tirarem até mesmo o desejo para continuar vivendo.

Haja vista as técnicas utilizadas pelos oficiais responsáveis pela repressão, feitos de forma a ferir tanto física, como psicologicamente e moralmente suas vítimas. Como exemplo, pode-se destacar: o pau-de-arara, choque elétrico, pimentinha, afogamento, cadeira de dragão, geladeira, palmatória, produtos químicos e agressão física, os quais tornam-se extremamente necessário conhecer, combater e repudiar procedimentos de inquisição.

Dos métodos de torturas, o mais conhecido é o “Pau-de-Arara”, que funcionava por intermédio de uma barra de ferro, que atravessava os punhos amarrados e a dobra dos joelhos da vítima. Na sequência, colocavam a pessoa preparada, entre duas mesas, com o corpo pendurado a uma altura em torno de 30 cm do solo, conforme a imagem:





Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Fonte: Tipos de torturas usadas durante a ditadura militar. Disponível em:
<<https://documentosrevelados.com.br/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>. Acesso: 31 de marc. 2024.

Junto ao “Pau-de-Arara”, que por si só causa sensação de total repúdio aos opressores, havia outro método chamado de “Eletrochoque” ou “Choque Elétrico”, por meio dele, que tinha a aparência de um telefone de campanha do Exército. Seus fios longos eram ligados ao corpo do torturado, de preferência em suas partes sexuais, ouvidos, dentes, língua, dedos e outras partes sensíveis a dores e que, durante suas sessões, as vítimas podiam cair ao chão.



Fonte: Tipos de torturas usadas durante a Ditadura Militar. Disponível em:
<<https://documentosrevelados.com.br/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>. Acesso: 31 de marc. 2024.

Durante as sessões do “Eletrochoque” ou “Choque Elétrico”, as vítimas podiam passar por outros processos de tortura, como o “afogamento”, prática que tinha o propósito de afogar a pessoa com água corrente, até que delatasse aos torturadores toda a informação que eles buscavam.

O mesmo princípio era usado durante a utilização do equipamento chamado de “Cadeira do Dragão”, que foi descrito como muito pesado, confeccionado em madeira ou alumínio, tipo de barbeiro, com assento e braços de zinco ou flandres. Na parte posterior, continha uma proeminência para introduzir um dos terminais da máquina de choque – magneto. Na cadeira, era instalada placas elétricas metálicas que podia estar ou não revestida com espumas. Ainda, havia nela, fios elétricos, que eram fixados no corpo da pessoa, em lugares bastante sensíveis, como na língua, nos ouvidos, nos olhos, nos pulsos, nos dedos, nos pés e inclusive nos seios e órgãos genitais (feminino e masculino).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



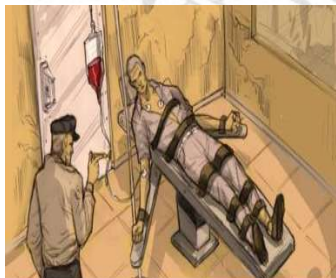
PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Fonte: Tipos de torturas usadas durante a ditadura militar. Disponível em:

<<https://documentosrevelados.com.br/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>. Acesso: 31 de marc. 2024.

Segundo as vítimas, que passavam por esse procedimento, eram colocadas nessa cadeira e, através de uma travessa de madeira, tinham suas pernas empurradas para trás para que se ferissem durante os espasmos de choques. E, ainda, durante o funcionamento da máquina, o torturador aplicava choques em suas pernas e genitálias, com um bastão elétrico. Vale ressaltar que muitos outros métodos de torturas foram empregados pelos agentes militares contra os “comunistas” e “subversivos”, reforçando o estado de exceção que o cidadão brasileiro viveu pós Golpe de 64. Isso pode ser detectado na observação das imagens:

Pimentinha: 	Afogamento: 	Geladeira: 
Palmatória: 	Produtos Químicos: 	Agressões Físicas: 



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Fonte: Tipos de torturas usadas durante a ditadura militar. Disponível em:
<<https://documentosrevelados.com.br/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>.
Acesso: 31 de marc. 2024.

Ao analisar essas imagens, buscando as devidas explicações na fonte disponível, logo abaixo delas, nota-se que, durante o período dos governos militares, as práticas de torturas nunca eram feitas de forma una; isto é, elas vinham sempre acompanhadas por outras, que pudessem aumentar ainda mais o sofrimento da vítima, como é o caso das “Torturas Psicológicas, representada por essa charge:



Fonte: Tipos de torturas usadas durante a ditadura militar. Disponível em:
<<https://documentosrevelados.com.br/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>. Acesso: 31 de
marc. 2024.

Por meio da “Tortura Psicológica”, talvez o método mais cruel de todos, por deixar marcas irreversíveis, fazem que suas vítimas carreguem por toda a sua vida as piores memórias do período militar (1964-1985). Mesmo assim, os torturadores não mediram as consequências desses atos. Assim, utilizaram propositalmente das técnicas de torturas, que causavam medo e pavor, para atingir o principal objetivo do Regime Militar; isto é, para obter as informações necessárias que beneficiassem os seus governos, torturavam suas vítimas até a exaustão, obtendo com facilidade suas confissões. Embora nem sempre elas fossem fidedignas, posto que, ao serem torturadas, o estado emocional dessas pessoas, ficam totalmente desconexo com a realidade, não conseguindo responder com total discernimento aos inquisidores.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

E, junto aos métodos de torturas, as mulheres eram ultrajadas na sua própria moral. Veja o relato de Izabel Fávero¹⁸, uma vítima do sistema político militar, à Comissão Nacional da Verdade, em 27 de abril de 2013: “Eu fui muito ofendida, como mulher (...) além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia (...) “puta” (...)”.

Esse desabafo não difere de tantos outros, que tratavam de ofender a mulher por causa de seu gênero, típico do universo patriarcal, que sobrepõe o poder masculino. Enquanto as mulheres sofrem agressões físicas, psicológicas e morais. Sendo assim, toda essa violência está relacionada intrinsicamente ao gênero, que tomando por base o ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, principalmente o termo é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres. Para uma melhor compreensão, observe a explicação:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p. 75).

Portanto, o pensamento de Scott serve de parâmetro, para reafirmar que o termo “gênero” foi construído historicamente pela condição biológica; entretanto, foi sendo suprimido pelos meios cultural, psicológico e social, servindo para distinguir os papéis sexuais atribuídos às mulheres. Destarte, ocorreu no governo militar e ainda persiste, nos dias de hoje, a perseguição às mulheres que se atreveram a galgar por sua participação e emancipação política. É nítida a grande intolerância dos inquisidores para com elas, principalmente aquelas militantes de partidos de esquerda ou que apoiavam algum movimento de contestação aos governos militares. Essas militantes são qualificadas com palavras pejorativas, como: “mulheres de vida fácil”, “prostitutas” e “vadias”. Por isso, as torturas

¹⁸ Izabel Fávero. Ver: AJOR. Associação de Jornalismo Digital. **Para nunca esquecer: 8 relatos de vítimas da ditadura militar no Brasil.** 2019. Depoimento de Izabel Fávero. Disponível em: <<https://www.nonada.com.br/2019/03/para-nunca-esquecer-8-relatos-de-vitimas-da-ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

exercidas pelos militares simbolizavam a “tara” sob a sexualidade feminina. Os choques elétricos sobre esses corpos, braços, pernas, também atingiam suas partes íntimas, principalmente a vagina.

Em alguns relatos, ao mesmo tempo que o órgão genital da mulher era atingido por estes choques, durante o interrogatório, elas eram obrigadas a tocar o pênis de homens. Muitas vezes, seus companheiros eram obrigados a verem as vítimas sendo violadas, ou eram colocados em salas onde podiam ouvi-las, durante as sessões de tortura (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2013).

Também, há relatos de mulheres que diziam ser vítimas de experimentos, em que seus corpos passavam por demonstrações técnicas, ao mesmo tempo que eram observadas por oficiais. Assim, Dulce Pandolfi relata: “Que em 20 de outubro de 1970, foi usada para as demonstrações de técnicas a um grupo de cerca de 20 oficiais”. Em mesmo depoimento, afirma: “O professor, diante de seus alunos, fazia demonstrações com meu corpo. Enquanto levava choques elétricos, pendurada no pau de arara, ouvi o professor dizer: Essa é a técnica mais eficaz. Como comecei a passar mal, a aula foi interrompida e fui levada para a cela”. Assim, eram feitas as sessões de torturas, dentro das próprias unidades policiais, e, sem oferecer qualquer direito às vítimas de se defender (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2013).

Outras vezes, os policiais obrigavam as mulheres a desfilarem nuas, enquanto beliscavam seus corpos, principalmente seus mamilos, até sangrar, forçando-as delatarem seus companheiros. Em outros momentos, bolinavam as genitálias com objetos de madeiras, enquanto alguns homens seguravam suas pernas abertas. Conforme o depoimento da funcionária pública Maria Auxiliadora Lara Barcelos: “Os policiais a ameaçavam seccioná-la com uma tesoura, que também colocavam homens para beijar seu corpo nu, e que ainda, neste momento, era obrigada a olhar para seu algoz. ” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 48).

Os militares não poupavam nem mesmo as gestantes, durante os seus depoimentos junto ao DOI-CODI. Segundo a estudante Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima, em seu relato, afirma: “Que deu à luz em 1972 e que estava sob coação psicológica e com acentuados



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

reflexos somáticos, e, mesmo assim, após 24 horas do parto, ouviu que teria que voltar ao PIC - Pelotão de Investigações Criminais”. Outras gestantes que passavam por tal coação psicológica, ao ponto de abortarem seus fetos, mesmo quando não eram agredidas; outras abortavam seus fetos após sessões de torturas com sevícias, que sofriam, ou quando viam seus companheiros sofrerem. Muitas vezes, os oficiais aplicavam-nas choques elétricos em suas vaginas. Com o aborto, ocorriam sempre períodos de hemorragias intensas, que as deixavam ainda mais debilitadas.

Os órgãos de repressão também utilizavam da fragilidade dessas mulheres para violar o psicológico de seus esposos; muitas gestantes eram levadas até o local de interrogatórios, onde seus maridos eram ameaçados de terem seus filhos abortados e suas mulheres torturadas, caso não revelassem as informações de grupos “comunistas” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

É muito importante conhecer também a história das mulheres desaparecidas, no período dos governos militares, foram aquelas que, mesmo sofrendo todos os tipos possíveis de torturas, não se curvaram perante o “Estado Opressor” e a sua perseguição. Saíram em busca de seus ideais, procurando de alguma forma realizar seus sonhos; desejavam libertar o país das mãos dos militares para que houvesse mais justiça social, liberdade de expressão e democracia.

Na obra, desenvolvida pela Arquidiocese de São Paulo, 1985, “Brasil: nunca mais”, anexo III, existe uma lista com nomes de pelo menos 17 jovens desaparecidas entre os anos de 1964 a 1975. As desaparecidas, durante os “anos de chumbo”, merecem constar na memória de todas as brasileiras, com o propósito de fazer os jovens e adolescentes refletirem sobre o quanto foi cruel o período em os militares estiveram no Poder.

Ana Rosa Kucinski, 32 anos.  Desapareceu em 22 de abril de 1974, no centro de São Paulo.	Áurea Eliza Pereira Valadão, 24 anos.  Desapareceu na	Dinaelza Soares Santana Coqueiro, 25 anos.  Desapareceu em região do rio Gameleira, em
--	---	--



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

	região de Caianos, no Sudeste do Pará, na noite de Natal, de 1973.	28 de dezembro de 1973.
Dinalva Oliveira Teixeira, 29 anos.  Desapareceu durante a Operação Marajoara, 1973.	Heleny Telles Ferreira Guariba, 30 anos.  Desapareceu, em julho de 1971, após ser solta	Helenira Resende de Souza Nazareth, 28 anos.  Desapareceu na região do Araguaia.
Ieda Santos Delgado, 29 anos.  Desapareceu em 11 de abril de 1974.	Ísis Dias de Oliveira, 30 anos.  A última notícia foi levada ao DOI-CODI-RJ em 30 de janeiro de 1972.	Jana Moroni Barroso, 25 anos.  Foi vista pela última vez em 2 de janeiro de 1974.
Lúcia Maria de Souza, 29 anos.  O Relatório Arroyo descreve sua morte, em 24 de outubro de 1973.	Luisa Augusta Garlippe, 33 anos.  O Relatório do Ministério da Marinha, aponta como data de morte junho de 1974.	Maria Augusta Thomaz, 26 anos.  Foi executada na madrugada de 17 de maio de 1973 e sepultada clandestinamente.
Maria Célia Corrêa, 29 anos.  De acordo com o Relatório Arroyo, o último registro da presença de Maria Célia remonta a 2 de janeiro de 1974.	Maria Lúcia Petit da Silva, 22 anos.  O Relatório Arroyo consta que ela teria morrido, em meados de junho de 1972, após uma tocaia.	Sueli Yumiko Kanayama, 26 anos.  Nos relatórios do CIE, 1974, e do Ministério da Marinha, 1993, está que Sueli foi morta em setembro de 1974.
Telma Regina Cordeiro Corrêa, 27 anos.	Walkíria Afonso Costa, 33 anos.	



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

 Foi morta em setembro de 1974.	 No relatório do MM, de 1993, ela consta como morta em 25 de outubro de 1974.
---	---

Fonte: Memorial da Resistência de São Paulo – Governo do Estado. Mortos e Desaparecidos. Disponível <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/classificacao-de-pessoas/morto-desaparecido/?>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

Após conhecer seus rostos e a idade com que foram assassinadas, durante a repressão nos governos militares, essas mulheres passam a materializar-se em figuras muito próximas ao leitor, como suas mães, esposas, filhas, irmãs, tias e amigas. Por conseguinte, o respeito e admiração por elas, que desafiaram a Ditadura Militar, tornam-se ainda maior; muito embora, ainda hoje, muitas delas continuam desaparecidas, enquanto poucas tiveram seus restos mortais reconhecidos após exames de DNA(s), realizados pelos órgãos de identificação e segurança do Estado.

E, só foi possível o resgate da história dessas mulheres, porque a sociedade civil buscou os meios legais para depois da Ditadura Militar, poder buscar o apoio da Arquidiocese de São Paulo, que em 1985, conseguiu reunir através de relatórios, vários depoimentos de pessoas que foram vítimas da Ditadura Militar e, inclusive, esse material foi aproveitado pela Comissão Nacional da Verdade.

Portanto, é necessário que o período dos governos militares (1964-1985), bem como Golpe Civil-Militar que os levaram ao Poder, por longos vinte e um anos, sejam sempre contados, a partir do ponto de vista do “perdedor”, haja vista que assombrou seus cidadãos, principalmente as mulheres, com os mais terríveis métodos de torturas. É, por tudo isso, que o historiador deve sempre zelar pela veracidade dos fatos históricos, tomando para si a responsabilidade de seu ofício, buscando os meios necessários para despertar no educando o interesse pela memória histórico-política do país.



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Capítulo 2- REPRESSÃO CONTRA AS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR VISTA PELO CINEMA

Ao longo da seção dedicada à disciplina de história na BNCC – Base Nacional Comum Curricular – documento que rege e estrutura o pensamento e a prática educacional do Brasil – a ação de preservação da memória praticamente não aparece. Nas duas vezes que a palavra preservar ou algo relacionado aparece no texto é primeiro referindo-se a hábitos e condutas que indivíduos em seus contextos escolhem manter; e segundo, como habilidade que leva ao exercício de refletir o porquê alguns conhecimentos são preservados e outros não.

Por mais que o segundo ponto se aproxime de uma discussão mais aprofundada das questões de preservação da memória, é observado que esta habilidade está aparelhada à discussão apenas no contexto de “objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade” (BRASIL, 2018).

Ou seja, não instrumentaliza o aluno nesse processo nem delimita a preservação como parte essencial do ofício do historiador. “As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de patrimônios (materiais ou imateriais) que dizem respeito a grupos ou povos específicos.” (BRASIL, 2018).

O termo memória quando aparece, este algumas vezes mais, é sempre descrito como a fonte sobre a qual o historiador se debruça e não também constrói. Os grupos ou indivíduos constroem a memória; o historiador a estuda somente? A produção e logo a preservação da



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

memória é parte essencial ao trabalho do historiador. Ela precede o ofício de reflexão quando, por uma vez, essa memória só se dispôs ao pesquisador, posto que alguém a armazenou, restaurou e disponibilizou ao acesso e sucede quando o produto final do historiador é a seleção e interpretação do que é necessário manter preservado.

O historiador faz uma seleção do que considera importante ou não para o seu trabalho: define o tipo de fonte, define quais serão mais relevantes, define suas perguntas, faz um recorte temporal e espacial e escolhe ferramentas metodológicas e teóricas que utilizará ao longo de sua pesquisa. Em um sentido mais amplo, o historiador define assim quais memórias ele quer trabalhar e quais ele não quer trabalhar - memórias que, se não trabalhadas, podem cair no esquecimento: o trabalho do historiador, assim como o trabalho da memória, também é um trabalho seletivo entre a amnésia e a anamnésia. (BARRONCAS, 2013, p. 130).

Faltam à BNCC, então, parágrafos mais explícitos quanto a necessidade do trabalho do historiador em tornar alunos não apenas críticos como também guardiões da memória. Ela percebe a existência do patrimônio, porém não se atém ao debate de como construí-lo, ou principalmente com a visão do porquê algo deve permanecer às próximas gerações e por que foi estudado nesse contexto. Assim o processo desejado que entende que “todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos” (BRASIL, 2018) se torna concreto.

Em compensação, aproveitando-se do proposto da BNCC, o Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, documento de 2021, que apresenta como uma das unidades temáticas de trabalho de história os temas: História e Memória e Patrimônio Cultural Material e Imaterial dentro dos respectivos objetos de conhecimento – A produção do conhecimento histórico; e Preservação da memória histórica. (PARANÁ, 2021). De certa forma é um pouco mais incisivo e aberto à autonomia do professor em garantir o trato dessa função.

Ter essas ressalvas garantidas ajuda a proteger nos estudos de História do Brasil temáticas, por vezes, conflitantes na discussão pública, como movimentos sociais, direitos humanos, e componentes curriculares como História Afro-Brasileira, Indígena e Ditadura Militar. Como enfoque deste trabalho, o período ditatorial brasileiro é, como já visto, primordial à escolha do professor e historiador das memórias que consigam construir uma visão heterogênea e ainda assim verdadeira a respeito desse passado.

Para evitar uma visão homogênea, busca-se observar que, no interior de uma sociedade, há formas de registros variados, e que cada grupo produz suas memórias



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

como elemento que impulsiona o estabelecimento de identidades e o reconhecimento de pertencimento a um grupo social determinado. (BRASIL, 2018).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Assim, dentro das instituições escolares, compete ao professor, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – estabelecer os conteúdos que serão trabalhados em cada ciclo educacional, assim como o objeto de pesquisa. A BNCC atual continua:

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história. (BRASIL, 2018).

Os objetos escolhidos nesse projeto são as produções cinematográficas: “Que bom te ver viva – 1989”, “A memória que me contam – 2012” e “AI-5 O Dia que não existiu – 2001”. Três produções posteriores ao período da Ditadura Militar brasileira, porém, que versam sobre o período, principalmente com foco em uma das possíveis abordagens do contexto - da violência sofrida pelas mulheres. Abordagens que fazem parte do planejamento escolar do terceiro ano do Ensino Médio, em qualquer unidade escolar do Paraná e do Brasil.

Nesta metodologia de ensino, em que se analisa o objeto cinematográfico, deve o educador conhecer vários aspectos do filme: o contexto de produção, produtores, diretores, sinopse, suas representações. Vale destacar que o/os filme(s) deverão estar de acordo com suas faixas etárias.

(...) é fundamental que a interpretação de um ou mais filmes seja feita observando-se o contexto de sua produção, para que possamos compreender como ele se relaciona com as estruturas de dominação e com as forças de resistência, bem como as posições ideológicas que propalam nos debates e nas lutas sociais em andamento. Ao interrogar um filme, vários filmes, ou parte de um ou mais filmes mediante determinada opção metodológica, deve-se tratar esse objeto de estudo como um conjunto de representações que remetem direta ou indiretamente ao período e à sociedade que o produziu. A análise das narrativas e do momento de produção dos filmes comprova que estes sempre falam do presente, dizem algo a respeito do



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

momento e do lugar que constituem o contexto de sua produção. (VALIM, 2012, p. 285).

O trato cinematográfico dentro da disciplina de História será pensado em duas etapas: primeiro, a que entende o filme como fruto do seu contexto de produção; e a segunda, que analisa as representações consequentes desse contexto. Principalmente no caso desse trabalho, em que os filmes foram produzidos posteriormente ao Regime Ditatorial, deve ser questionado, por exemplo: Quais as intenções de se produzir um filme com um recorte temático histórico? O que o motiva a criar essas representações hoje? A qualidade dessas representações é a análise da segunda etapa em que a abordagem escolhida será percebida – como as mulheres estão aqui representadas, quais intenções e escolhas estão presentes nessa construção.

2.1 CONCEITOS E CONCEPÇÕES AO GÊNERO FEMININO E SUA DISCUSSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Antes da conceituação metodológica sobre o trato fílmico, é necessário aqui ponderar algumas questões sobre a necessidade da inserção e debate de gênero no ambiente escolar. O papel estratégico da educação para a diversidade é visto como fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade.

Essas questões requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações, sem negligenciar suas especificidades, haja vista que a formação social do povo brasileiro ainda carrega o conservadorismo de seu colonizador, conforme se observa no pensamento de Diniz:

Em um país onde a grande propriedade, o Estado, o patriarcado e a branquitude constituem desde o início do período colonial até os dias atuais a hegemonia dos espaços de poder e de decisão, abordar a construção social, política e histórica da mulher no Brasil se torna imprescindível. (DINIZ, 2021, p. 39).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Assim, a mulher brasileira, ainda nos dias atuais, sofre todos os tipos de preconceitos, já que vive sob o poder de um Estado patriarcalmente constituído, com mentalidade conservadora e que não concebe a igualdade de direitos para o gênero feminino.

Dessa forma, a escola é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades, a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade. Um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento.

Nestas condições, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, sejam construídas e introjetadas na sociedade. Observe mais uma vez o pensamento de Diniz:

Na Europa e nos Estados Unidos, algumas mulheres exiladas puderam ter contato com novas demandas de luta, principalmente, advindas da denominada “Nova Esquerda”. Temas como o feminismo, o racismo, a sexualidade e os direitos humanos estavam também no centro das preocupações e mobilizações. (DINIZ, 2021, p. 39).

Importante conhecer os bastidores da luta das mulheres europeias e norte-americanas, do século XX, mais precisamente da “Nova Esquerda”, que à frente das brasileiras, já abordavam temas diversos como racismo, sexualidade e direitos humanos, em suas lutas pela igualdade. Assim, é fundamental que os estudantes do Ensino Médio conheçam a luta das mulheres, durante a Ditadura Militar, em seu próprio país, e reconheçam que ainda há muitas barreiras a serem percorridas, até que a igualdade de gênero possa realmente ser efetivada como um direito fundamental para elas.

Portanto, é na escola que os alunos devem aprender e compreender os conceitos relacionados ao gênero feminino, os quais se referem às características, papéis, comportamentos, expressões e identidades associadas às mulheres. Também, estas pontuações ainda são influenciadas por normas culturais e expectativas sociais que podem variar de



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

acordo com a cultura, a época e o contexto social. (GANDELMAN In: ABREU, SOIHET, 2009).

Ainda, de acordo com o documento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Cadernos SECAD 4, de 2007 – que apresenta como tema “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”, sobre as concepções ao gênero feminino, explicita que elas variam de acordo com as diferenças culturais, épocas e contextos históricos. E podemos citar, como as mais comuns, a biológica, a cultural e aquela do ponto de vista das feministas.

A concepção biológica se baseia na ideia de que as mulheres são naturalmente diferentes dos homens devido às suas características biológicas, como a capacidade reprodutiva e as diferenças hormonais. Esta concepção é criticada por muitos por perpetuar estereótipos de gênero e limita às mulheres a papéis tradicionais.

A concepção cultural concentra-se nas ideias e expectativas que a sociedade tem sobre as mulheres, incluindo papéis de gênero, comportamento, valores e normas. Essa acredita que as expectativas culturais sobre as mulheres divergem amplamente de acordo com a cultura e o contexto histórico.

Por fim, sob o ponto de vista das feministas, que lutam pela igualdade de gênero e para o reconhecimento das mulheres como autônomas e com direitos iguais aos homens, ainda defendem a desconstrução dos estereótipos de gênero e a promoção da igualdade de oportunidades e direitos entre os gêneros humanos (GANDELMAN In: ABREU, SOIHET, 2009).

2.2 O TRABALHO COM CINEMA EM SALA DE AULA E NA HISTÓRIA

O uso do cinema em sala de aula já é pauta de discussão da escola renovada desde a década de 1970 e é cada vez mais observado nos dias de hoje, com a popularização da mídia e as melhores condições estruturais dos colégios para suas exibições. Seja o filme completo ou em trechos escolhidos, a utilização dessa arte gera no espectador alvo, aqui os alunos, não só



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

o engajamento emocional e entretenimento, mas também o aumento do seu repertório imagético (NAPOLITANO, 2003).

Para a História, o cinema é fonte de muitas possibilidades e potencialidades. Cabe ao professor a mediação do aluno em superar o filme como peça de entretenimento e começar a lê-lo com mais profundidade, “incentivando o aluno a se tornar um espectador mais exigente e crítico, propondo relações de conteúdo/linguagem do filme com o conteúdo escolar” (NAPOLITANO, 2003, p. 15).

A imagética do filme, isto é, suas representações, compõe uma bagagem útil aos jovens em formação, principalmente ante a dificuldade dos dias de hoje, em atrair a atenção de novas gerações conectadas a inúmeros estímulos midiáticos e novas formas de linguagem. O cinema se torna um meio de fácil acesso ao estudo; porém, se não for trabalhado com mesmo rigor metodológico, pode se perder em meio ao cotidiano escolar.

Essa bagagem aos alunos de História ganha nome e conceito com Peter Lee (2006) – literacia histórica. O conceito ganha as ponderações aqui, no Brasil, de Maria Auxiliadora Schimidt (2009), julgando-a como um desafio à educação histórica do século XXI. De forma simplificada, “literacia histórica” é a construção de um meio de ler o mundo utilizando de referenciais históricos. O que a bagagem de conhecimentos históricos auxilia na compreensão do mundo hoje, praticamente desejo final das estruturas curriculares de História como exemplificado na BNCC:

A relação passado/presente não se processa de forma automática, pois exige o conhecimento de referências teóricas capazes de trazer inteligibilidade aos objetos históricos selecionados. Um objeto só se torna documento quando apropriado por um narrador que a ele confere sentido, tornando-o capaz de expressar a dinâmica da vida das sociedades. Portanto, o que nos interessa no conhecimento histórico é perceber a forma como os indivíduos construíram, com diferentes linguagens, suas narrações sobre o mundo em que viveram e vivem, suas instituições e organizações sociais. (BRASIL, 2018).

A literacia permitida pelo cinema impulsiona do simples resgate às representações em tela, que ilustram o tema trabalhado até a sustentação de trabalhos realizados pelos alunos que incentivem a divulgação histórica-científica e a problematização da mídia, como meio de mensagem. Para isso, devemos retomar a metodologia necessária expressada aqui por Marcos Napolitano. Inicialmente de maneira mais prática da escolha de filmes que possam atender à



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

faixa etária correta e correspondente ao referencial curricular temático, às capacidades estruturais do ambiente escolar e à contextualização mínima do filme, quanto a ritmo e temática, para gerar no aluno um vínculo de interesse e não, tédio.

Para o trabalho dos filmes aqui sugeridos, Napolitano aponta ressalvas e aportes específicos a seus gêneros – o filme histórico quando referente ao filme “A memória que me contam” (2012) e os documentários “Que bom te ver viva” (1989) e “AI-5 O Dia que não existiu” (2001).

O filme histórico, gênero consolidado do cinema mundial, tem consigo duas armadilhas comuns quando utilizados em sala de aula – o anacronismo e a super-representação fílmica. A primeira armadilha, quando das intencionalidades e juízos de valores que pertencem ao filme, que podem ser anacrônicos aos eventos representados, fato comum às novas leituras que um momento histórico ganha ao longo do tempo, marca principalmente da subjetividade de escolha do corpo que produziu, dirigiu e estabeleceu a produção cinematográfica, retomando a máxima que o filme histórico representa mais sobre o contexto que foi produzido do que o passado nele representado (NAPOLITANO, 2003). Desse modo, tem-se que:

Analisar no filme tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime de governo. Só assim se pode chegar à compreensão não apenas da obra, mas também da realidade que ela representa. (FERRO, 1992. p.87).

A realidade ficcional apresentada pelo filme histórico é sua segunda armadilha; a imagem fílmica possui forte impacto no espectador, gerando, ao longo da sessão e posterior a ela, a sensação de que aquela simulação/encenação do recorte histórico é verdade absoluta e não passível às interferências dos autores, assim como sua liberdade poética e objetivo da mensagem.

O filme histórico é, portanto, uma ferramenta que coopera para discussão, a fomenta, mas não a encerra apenas por si. O professor deve mediar e extrair os focos de debate para a sala de aula e não cobrar do filme um recorte íntegro, absoluto e verdadeiro. Da mesma forma, alguns desses problemas quanto a confiança exacerbada no filme, entendendo-o como verdade absoluta também é parte da preocupação da utilização dos documentários.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Por mais que, em geral, o documentário seja produto de pesquisas metódicas, é necessário que o professor esteja preparado para apontar seu caráter discursivo: o filme cria/reproduz uma narrativa ou sequência lógica dos acontecimentos históricos que segue o posicionamento e pensamento de seus autores: “Posturas diante do passado que, por sua vez, podem sugerir visões ideológicas e políticas diferentes.” (NAPOLITANO, 2003, p. 11).

Para Bill Nichols (2005), autor de “Introdução ao documentário”, a diferenciação de uma obra ficcional e uma documental é apenas a questão narrativa, já que ambos os tipos declarados como “documentário dos desejos” (ficcional) quanto o documentário de representação social, que contém registros da época, escolhem uma maneira de transmitir uma mensagem, que será interpretada com a visão de mundo de cada espectador:

Como histórias que são, ambos os tipos de filme pedem que os interpretemos. Como “histórias verdadeiras” que são, pedem que acreditemos neles. A interpretação é uma questão de compreender como a forma ou organização do filme transmite significados e valores. A crença depende de como reagimos a esses significados e valores. Podemos acreditar nas verdades das ficções, assim como nas das não ficções: Um corpo que cai (Alfred Hitchcock, 1958) pode nos ensinar tanto sobre a natureza da obsessão quanto *The plow with at broke the plains* (Pare Lorentz, 1936) sobre a conservação do solo. A crença é encorajada nos documentários, já que eles frequentemente visam exercer um impacto no mundo histórico e, para isso, precisam nos persuadir ou convencer de que um ponto de vista ou enfoque é preferível a outros. (NICHOLS, 2005, p. 27).

O documentário “AI-5, o dia que não existiu”, realizado em 2001 pela TV Cultura, é um dos exemplos de filme documentário que pode ser classificado como documentário de representação social, segundo Nicholls (2005), já que as imagens utilizadas são registros que ficaram por anos guardados pela funcionária pública Ana Lúcia Brandão. As imagens resgatadas são de uma sessão em que houve uma denúncia contra o deputado Marcio Moreira Alves, feita pelos militares que se irritaram com seu discurso, e nele foi discutida a liberdade de expressão. Os militares então pediram licença da Câmara para processar o parlamentar.

Conforme pode ser observado no documentário, é feita uma edição que intercala entre os registros da época, reencenações da sessão com atores, com entrevistas de muitas pessoas que estiveram presentes naquela sessão até a data em que o documentário foi realizado, levantando os desdobramentos do AI-5, da Ditadura e suas consequências nos dias atuais.



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

O uso de registro da época é uma forma de resgate da memória, visto que essas imagens preservadas do documentário ajudaram a demonstrar momentos antes de um fato que abalou para sempre a História do Brasil. Como dito por Nichols (2005), o filme que se utiliza da ficção também é uma forma de documentário. Sendo assim, são peças-chave para passar uma mensagem e também despertar a catarse.

Intercalar registros documentais com a ficção fora uma estratégia anteriormente utilizada pela diretora Ana Lúcia Marat, em “Que bom te ver viva”, uma mescla de documentário com filme experimental. E mais de vinte anos depois desse longa, decide focar no longa de 2012 chamado “As memórias que me contam”, nos aspectos posteriores e consequências do regime ditatorial, que foi presente em toda América Latina; na criação da Comissão da Verdade no Brasil, que tenta abrir os arquivos secretos da Ditadura e apurar graves violações aos direitos humanos cometidas por agentes públicos neste período.

2.3 O PROTAGONISMO FEMININO COMO RESGATE DE MEMÓRIA E FERRAMENTA DE DISCUSSÃO

Ressaltado o poder de uma obra estética ante a seu público, é preciso ressaltar também a importância de obras artísticas como caráter documental, pois, ainda que muitas se apropriem de elementos ficcionais para desenrolar uma narrativa atraente, são frutos da sua época, refletindo, além da visão do autor da obra, costumes e hábitos da época, uma vez que a arte, “é uma representação estruturada da realidade, na qual estão presentes o fenômeno, enquanto manifestação aparente, e a essência, como processo implícito e manifestação das forças sociais atuantes em um dado momento histórico.” (FOERSTE, 2004, p. 43).

Apesar dos avanços do gênero feminino no decorrer dos últimos anos, é preciso refletir o motivo das mulheres serem excluídas dos espaços de debate, desde a vida política, já que eram excluídas das votações da Grécia Antiga, que era aberta apenas para os considerados “cidadãos”. Desde o berço da civilização ocidental, estendendo-se pela Idade Média, até as Revoluções Industrial e Científica, este modelo, completamente patriarcal, se estende até os



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

dias atuais, quando a voz masculina é hegemônica em lugares acadêmicos, no mercado de trabalho, entre outros espaços, e que podem vir até a oprimir opiniões femininas.

Isso, no olhar atual, é considerado machismo. Conforme pensamento de Temer e Lima: “O machismo, pensamento da supremacia masculina, baseia-se em afirmar a superioridade masculina e reforçar a inferioridade da mulher em várias formas de discurso: filosófico, científico, religioso, jurídico e até mesmo popular.” (TEMER, LIMA, 2014, p. 4).

É longo o caminho a ser percorrido quando se fala de representatividade e autoria feminina, perante a diversas vertentes artísticas. Quando se trata de cinema, existe toda uma preocupação com a imagem feminina, que sempre esteve presente, mas continha a visão masculina de figuras femininas.

Existe bastante discrepância com relação à década de início dos estudos feministas em cinema. Enquanto Alison Butler (2002) e Anneke Smelik (1999) mencionam a década de 1960, Gisele Gubernikoff (2009) aponta a década de 1970 e Ana Veiga (2017) sugere as décadas de 1980 e 1990. Independentemente dessas divergências, em conjunto, as pesquisadoras mencionadas apontam a importância de Teresa de Lauretis, Laura Mulvey e bell hooks para o início das pesquisas feministas em cinema, principalmente, para as pesquisas a respeito da representação da mulher no cinema como objeto, com Lauretis e Mulvey, e da interseccionalidade e da ausência da mulher negra, com hooks. (Grubba IN: SEQUÊNCIA – ESTUDOS JURÍDICOS E POLÍTICOS 2022).

Parte do que solidifica a persona feminina dentro da visão estereotipada masculina é fruto direto da ausência de mulheres na produção fílmica; principalmente o cinema anterior às décadas de 1960-1970, em que eram raras as mulheres participantes na produção, roteiro ou direção dos filmes. Suas personagens eram escritas em salas de roteiro majoritariamente masculinas preponderando assim o entendimento e os desejos desses homens sobre como uma mulher deveria ser retratada.

Mulheres eram representadas como o sexo passivo, objetificadas ou fixadas em estereótipos que oscilavam entre a imagem de mãe (“Maria”) e a puta (“Eva”). Essas imagens repetidas das mulheres foram consideradas como distorções objetificadoras da realidade, com impacto negativo sobre as espectadoras mulheres. As feministas clamaram por imagens positivas das mulheres. (SMELIK 1999, p. 353 apud: GRUBBA IN: SEQUÊNCIA – ESTUDOS JURÍDICOS E POLÍTICOS 2022).

A representação da figura feminina no cinema, principalmente a partir dos anos de 1970, está ligada à fetichização. Segundo Laura Mulvey (1975), sob o olhar do cinema



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

clássico, é possível ver que olhares de diretores estão carregados de voyeurismo em suas personagens:

Na articulação dos vários aspectos do "prazer visual", certo cinema resolve dinamicamente estas tensões através de um esquema patriarcalista na sua raiz cuja premissa é a admissão da mulher como "ser culpado" (castrado), cabendo ao herói masculino (com quem o espectador-homem se identifica) investigá-la, desvendar seu "enigma", puni-la e perdoá-la. Tal enredo explora a via sádico-voyeurista na superação da "angústia de castração". Tomando exemplos do cinema clássico americano notadamente Hitchcock e Sternberg, Mulvey mostra os dois esquemas em funcionamento numa ordem simbólica na qual a mulher é objeto, seja de uma contemplação fetichista, seja de uma dissecação sádico-voyeurista que a toma como ser carente e culpado. Em qualquer destas alternativas resta sempre um cinema feito para o homem como sujeito do olhar e das fantasias, no qual a mulher vê sua imagem constantemente roubada. (MULVEY, 1975, p. 368).

Ainda que destaque o voyeurismo em filmes concebidos por homens, Mulvey não deixa de ressaltar que também há o olhar de identificação sob a imagem projetada. O espectador reconhece que há uma câmera ali, ainda que seja tênue a linha entre a projeção real e o desejo imaginário, o fetiche. Assim, é preciso ressaltar a importância do olhar feminino para quebrar estereótipos estabelecidos pela tela de cinema, além de explorar narrativas com dilemas tipicamente femininos, que devem ser discutidos por vozes femininas, que foram silenciadas por tantos anos.

A ocupação das mulheres hoje na produção cinematográfica cria toda uma nova prática nesse campo, aos poucos, mais atenta às questões da luta feminista e na construção de personagens femininas empoderadas. Vale resgatar a curiosa história do Teste de Bechdel-Wallace, na qual uma tira de quadrinhos satírica, publicada na internet, com duas mulheres conversando, estabeleceu hoje uma ferramenta muito utilizada na construção de roteiros.

O Teste Bechdel-Wallace basicamente seta três regras principais para a representação feminina nas mídias – seja cinema, quadrinhos, livros e televisão. A primeira, ter ao menos duas mulheres; a segunda, essas mulheres conversarem entre si; e a terceira, que essa conversa não seja a respeito de um homem. Essas três regras simples conseguem construir um mecanismo de fiscalização da obra que busca fugir do estereótipo (RAALTE, 2015).

Em um contexto do cinema brasileiro, a censura imposta na época do Regime Militar evitou a discussão de assuntos políticos. Sendo assim, nos anos 1970, teve a explosão do



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

gênero “pornochanchada”, nele tratavam-se narrativas com teor sexual que, segundo Marcel de Almeida Freitas (2008):

Rotulada como despolitizadora, o meio acadêmico em geral sustenta que este gênero foi incentivado pelo governo, tendo recebido subvenção da Embrafilme, porque desviava a atenção da sociedade dos desmandos e das perseguições políticas mostradas pelos grandes diretores do ‘autêntico’ cinema brasileiro. Por outro lado, a Pornochanchada também refletiu o estouro sexual que a década de 1970 presenciou, sofrendo o impacto, entre outras coisas, da pílula anticoncepcional e do movimento feminista. Grande parte dos espectadores era constituída por homens, das mais diferentes idades, raças e origens. (FREITAS, 2008, p. 6).

Sendo assim, o gênero da pornochanchada se enquadra no objetivo de atender a fantasia de seus espectadores que, conforme citação anterior, era de sua maioria, masculino e se enquadra no tipo de cinema *vouyerista* citado outrora por Mulvey (1975).

Em paralelo as pornochanchadas subsidiadas pela EmbraFilme, temos, no mesmo período, o surgimento do cinema marginal, vertente ampla de produtores independentes que construíam, a partir de seus filmes em suma *non sense*, uma crítica ao estado de espírito artístico e social da época:

[...] o Cinema Marginal cria sua narrativa baseada no desencanto provocado pela realidade política do período. Sua diegese se constrói a partir da desilusão, criando, dessa forma, personagens feitos de deboche, transgressão e violência em meio ao contexto repressivo e terceiro-mundista brasileiro. O descontentamento com o período surge de forma não mais didática, com esperanças de mudança, mas sim com críticas implícitas, subversão através da ironia, mas também da violência, atitudes irreverentes e ideologia libertária que se deixa ver nas falas das personagens. Apesar de seu formato, o Cinema Marginal não deixou de ser politizado, não deixou de ser crítico ao seu contexto histórico, social e geográfico. (PEREIRA, 2022, p.17).

No cinema marginal, as personagens femininas refletem o descontentamento social e com a moralidade padrão. Por pertencer a esse momento filmes distintos, há diferentes visões do papel da mulher, mas, em grande parte, versam em pontos da discussão feminista da análise cinematográfica. A esse respeito:

[...] São personagens que não se conformam com a vida ordinária imposta por padrões de gênero às mulheres. Elas, então, subvertem a norma do casamento e da monogamia, rebelam-se contra hierarquias sociais e desigualdades econômicas e não aceitam o controle masculino. Ao mesmo tempo, nenhuma delas é salva por figuras masculinas, ainda que continuem sofrendo por serem mulheres em uma sociedade patriarcal. A saída para a opressão que vivem não está na salvação através do amor romântico com um homem. (PEREIRA, 2022, p.117).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Com o fim do Regime Militar e, conseqüentemente, fim da censura em produções artísticas, foi possível o surgimento de produções as quais discutiam as diversas formas de violências relatadas por sobreviventes da Ditadura Militar. O cinema de retomada amplia as discussões do cinema nacional; vemos a inserção de muitas mulheres na produção e direção, e ainda encontramos um cinema motivado à produção de filmes históricos sobre o momento opressivo passado.

O cinema nacional hoje conta com uma gama de cineastas mulheres: Lúcia Murat e Adélia Sampaio, vindas do período de retomada; Anna Muylaert, Petra Costa, Juliana Rojas, Laís Bodanzky, entre outras de período contemporâneo. Com elas, novas histórias são construídas, e as figuras femininas são reapresentadas fora dos conceitos estereotipados e, portanto, machistas do passado.

As representações feitas pela ótica de um homem, em que o olhar pode estar carregado de vícios sexistas e fetichistas, podem causar certa repulsa por parte do público feminino, que pode não se identificar com a imagem projetada e também impedir a conexão catártica com a obra. Sendo assim, é de extrema importância apresentar figuras femininas, com obras concebidas por mulheres, a partir do ensino, porque:

(...) incorporar a temática das mulheres e dos gêneros nas aulas de História é importante, não só porque legitima a mulher como sujeito histórico, como também a história passa a ser pensada e reescrita por outros temas, outras narrativas, outras visões, contribuindo com o real papel da História. (FERREIRA, GRISOLIO, 2016, p.83).

A produção artística pode ser vista como uma das partes tocantes ao patrimônio cultural, pois é construída da coletividade e também levantar o debate dos costumes da época, conforme representante da Unesco, Bokova¹⁹:

Devemos agir agora para assegurar que as futuras gerações possam desfrutar do patrimônio audiovisual da humanidade. É essencial compartilhar esse patrimônio,

¹⁹ Irina Bokova, nascida em Sofia-Bulgária, foi Diretora-Geral da UNESCO por dois mandatos, de 2009 a 2017. Engajada na adoção da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente sobre “educação de qualidade inclusiva e equitativa e aprendizagem ao longo da vida para todos”, promovendo o papel crítico da cultura e da ciência para o desenvolvimento, bem como a proteção do patrimônio cultural mundial. É Doutora honoris causa das principais universidades em todo o mundo, como *King's College, Durham University* e *University of Edinburgh*, Reino Unido, *Paris-Saclay*, França, *Boston University*, EUA, Universidade Católica de Milão, Itália, *Tonji University*, China, entre outros. Em 2016, Irina Bokova estava na lista da Forbes das mulheres mais influentes. Em 2020, foi eleita Membro Honorário Internacional da Academia Americana de Artes e Ciências e em 2021 – Membro Honorário da Academia Mundial de Artes e Ciências (WAAS).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

que contém lições, informações e conhecimento. Esse é o motivo pelo qual os arquivos são tão importantes, funcionando como guardiões de nossa memória coletiva e garantindo o direito à verdade, assim como o “direito ao saber”. (BOKOVA, 2014).

Pensamento também semelhante ao de Walter Benjamin, uma vez que, em sua visão, as representações moldam o senso comum de determinada época histórica, visto que “a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIN, 1940, p.224).

O filósofo alemão que, apesar de ter pouco período de produção intelectual até sua fatídica morte, pode se diferenciar dos outros nomes da “Escola de Frankfurt”, no quesito em que se acreditava que o cinema contribuía para experiências subjetivas que retratavam também as transformações modernas. Sendo assim, é inegável a contribuição do cinema para fixar um conceito, que passa a ser ilustrado e dramatizado diante dos olhos de seus espectadores, a fim de potencializar a reflexão, com narrativas documentais ou ficcionais.

2.4 ANÁLISE DOS FILMES ESCOLHIDOS

Como previamente citados, os três filmes foram lançados com um espaçamento temporal considerável. O primeiro deles “Que bom te ver viva” foi lançado já em 1989 na esteira do início de redemocratização brasileira; “AI-5 O dia que não existiu” em 2001, produzido e lançado diretamente para a televisão, com exibições anteriores em festivais, possibilitado apenas pela abertura de arquivos raros pela pesquisadora Anna Lúcia Brandão; por último, “A memória que me contam” foi lançado no cenário político de 2012 influenciado pelas discussões da abertura da Comissão Nacional da Verdade e em memória de Vera Silva Magalhães, militante do MR-8, falecida em 2007. Seguindo essa ordem cronológica, dedicaremos agora a analisar cada película.

“Que bom te ver viva” foi lançado em 1989. Em letras vermelhas sob um fundo escuro, a mensagem que abre o filme é “Em 31 de março de 1964 um Golpe Militar derrubou o governo civil no Brasil. Quatro anos depois, em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o

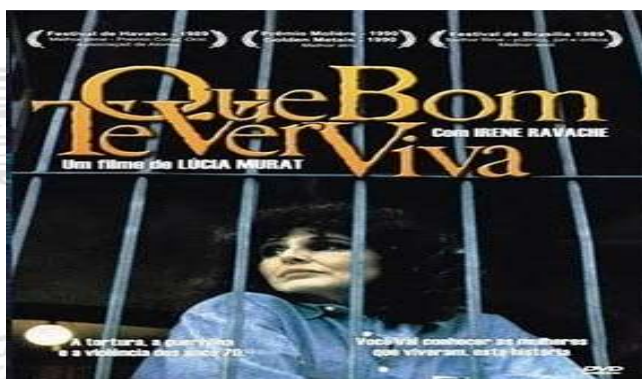


Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ato Institucional nº5, que suspendeu os últimos direitos civis que ainda vigoravam no país. Era o golpe dentro do Golpe. A partir daí, a tortura tornou-se uma prática sistemática usada contra todos os que fizessem oposição ao regime. Este é um filme sobre os sobreviventes destes anos.”.



Fonte: CARTAZ: FILME “Que bom te ver viva” (1989)

Dirigido e escrito por Lucia Murat²⁰, a estrutura do filme é composta em intercalar com uma mulher sem nome, interpretada por Irene Ravache, com monólogos reflexivos sobre os papéis de gênero, sobre sexualidade e, principalmente, tece uma crítica à imprensa e meios de comunicação da época, visto que uma das primeiras cenas do filme é da atriz segurando fitas cassetes, seguidas de questionamentos. A seguir, entram encartes explicativos com as várias sobreviventes que foram torturadas no período da Ditadura, contando brevemente sobre o nome de cada uma e um breve contexto de cada entrevistada, além de anunciar um depoimento anônimo.

A personagem de Ravache volta a entrar em cena e atende a um telefonema. Enquanto está em meio a uma ligação, descobre que seu depoimento foi parar na grande mídia e, a princípio, se despreocupa com tal informação. Logo, após a cena, entra um depoimento de uma das sobreviventes, chamada de Maria do Carmo Brito, que esteve no “comando da

²⁰ Lúcia Maria Murat de Vasconcelos nascida em 24 de outubro de 1948 no Rio de Janeiro é uma cineasta, diretora, produtora e roteirista brasileira. Foi presa e torturada nos porões da ditadura militar no Brasil, experiência que exerceu forte influência em sua obra. Sua filmografia conta com os filmes: O pequeno exército louco (1984); Que bom te ver viva (1989); Doces Poderes (1997); Brava gente Brasileira (2000); Quase dois irmãos (2004); Olhar estrangeiro (2006); Maré, nossa história de amor (2007); Uma longa viagem (2011); e A memória que me contam (2013).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

organização Guerrilheira VPR, é presa em 1970 e torturada durante dois meses. Trocada pelo embaixador alemão, fica dez anos no exílio”.

O primeiro trecho já demonstra como o filme seguirá estruturalmente, intercalando depoimentos reais de mulheres sobreviventes da tortura, prisão e exílio da Ditadura e a personagem de Irene Ravache criticando o destrato com essas sobreviventes no meio midiático e cultural brasileiro, nesse período de redemocratização. Aqui, em resumo, poderemos analisar o conteúdo desses depoimentos.

Maria do Carmo inicia seu testemunho narrando que, antes da sua prisão, tinha um acordo de morte com seu marido, na época, Juarez, em que ela deveria matá-lo, mas não conseguiu. Juarez ficou ferido e do Carmo conta que, apesar de ter sido atingida apenas no dedo, achava que não iria sobreviver. A sobrevivente narra que utilizaram técnicas psicológicas para que ela confessasse, além da tortura física. Carmo conta que seus traumas ficaram tão enraizados em sua mente de forma que a “imaginação a adoeceu”. Felizmente, ela teve apoio de seus familiares, como sua mãe, que também está presente no documentário e esteve com ela durante seu exílio.

Apesar de se emocionar com a entrevista, o filme alterna os relatos com imagens do cotidiano de do Carmo e no modo como seguiu sua vida com seus filhos. A entrevistada relata que a maternidade foi um dos pilares para que a ajudasse a superar o trauma. Apesar de ter sido diminuída por seus torturadores, por ser mulher, do Carmo demonstra força ao afirmar que “ser mulher é um barato”.

O segundo depoimento é o de Estrela Bohadana, militante da organização clandestina POC, é presa e torturada em 1969, no rio e, em 1971, em São Paulo. Estrela conta que, além da agressão física, teve tortura psicológica com o fator religioso, e se lembra de um episódio que teve que segurar uma vela, conectada com fios elétricos e professar uma fé cristã.

Estrela explica também como é relação dela com seus filhos, pois, na época, um deles tinha 10 e outro, quinze anos, e que evitavam tocar no assunto sobre a tortura. Casada com um psicanalista judeu, que também deu entrevista, contam que conversaram bastante sobre o assunto. O marido de Estrela compara tal situação com sobreviventes do Nazismo, visto que “o trauma não pode ser esquecido, mas não pode ocupar a vida inteira da pessoa”.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Em meio aos depoimentos, entram imagens de manchetes de jornais da época. A personagem de Irene entra para criticar a parcialidade, além da colocação de palavras, porque torturadores eram tidos como “médicos”, e as sobreviventes apenas tratadas como “terroristas”. Tal insatisfação com a parcialidade também é presente em alguns depoimentos de entrevistadas a seguir.

Outro dilema que permeia o documentário e os depoimentos é como as pessoas se comportam com um sobrevivente a tortura. Alguns optam pelo silêncio e não querem ter desconforto. Outras pessoas, como Maria Luiza G. Rosa (chamada de Pupi), que foi militante ligada ao movimento estudantil, foi presa e torturada quatro vezes nos anos 1970, é um dos exemplos de pessoas que não se calaram.

Maria Luiza relata a solidão e como carregava consigo o sentimento de “invencibilidade”, que foi se quebrando aos poucos; também reafirma que a maternidade foi algo crucial na sua recuperação. E por trabalhar como médica sanitaria na baixada fluminense, conta que as pessoas com quem trabalha, a saberem que Maria Luiza foi presa e torturada, reagem de maneira diferente, por estar diariamente expostas à violência.

Rosalinda Santos Cruz, uma das entrevistadas que vem a seguir, apresenta a visão de uma pessoa que foi torturada e também teve um parente, no caso um irmão, tido como desaparecido em 1974. Ela desabafa sobre a dor de não poder lidar com o sentimento de morte, e também conta que se sentia culpada e sempre a pensar no irmão. O sentimento de luto foi superado com apoio médico e de familiares, visto que ela retomou a carreira de professora e teve três filhos.

Outro ponto levantado pelos monólogos de Irene Ravache é a desumanização dos sobreviventes. Alguns são tidos como “mártires”, quase atingindo um estado místico, o que pode levantar opiniões equivocadas sobre falta de sexualidade; também faltas de sentimentos, visto que, em meio a um monólogo, ela questiona se pode sentir pena ou raiva de um torturador. O depoimento de uma pessoa anônima que, na data do documentário, vivia em uma comunidade mística, faz os questionamentos quanto ao perdão e desapego. A pessoa, que não quis ser identificada, acredita na compaixão e apresenta uma visão diferente ao documentário.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Com um ponto de vista diferente, Crimeia de Almeida, que trabalha como enfermeira e vive com o filho, conta como a gravidez lhe deu força enquanto estava presa e como o trauma lhe acompanhou por toda a vida, ao ponto, de não querer reviver a experiência. Enquanto ela estava na prisão e gerava a criança, recebeu a notícia de que seu companheiro tinha morrido.

A gravidez também foi um fator decisivo para outra entrevistada, Regina Toscano, militante da organização guerrilheira MR-8, que foi torturada e presa durante um ano. Ela narra que, após sair da prisão, quis engravidar. Ao lembrar que foi pega após distribuir panfletos em Jacarezinho, Regina conta que correu para uma pedreira e foi descoberta pela polícia, com ajuda do corpo de bombeiros. A abordagem foi degradante desde o início, visto que ela foi despida e foi revistada nas partes íntimas.

Apesar de ter epilepsia, que foi agravada pela falta de remédio durante a prisão, Regina afirma que “queria dar a resposta com a vida”. Teve três filhos e seguiu na carreira de educadora. Seu ex-companheiro também deu depoimento, afirmando que os traumas psicológicos ficaram enraizados nela, de tal forma que, após ler um livro sobre a Ditadura, Regina xingava durante o sono.

Marcas profundas também refletem na fala da última entrevistada, Jessie Lane, que foi presa após um sequestro de avião, em 1970, torturada três meses e presa por nove anos. Lane narra que houve uma morte de um companheiro de guerrilha por parte de retaliação dos militares, o que a levou à prisão, sem perspectiva de ter liberdade. Jessie lembra que sua situação começou a ser amenizada com o governo de Geisel, quando ela pôde se encontrar com familiares e amigos, e foi quando ela engravidou e teve uma filha durante o cárcere privado. Após ser libertada e reaver sua filha, Jessie seguiu sua carreira como historiadora e trabalha especialmente para tentar resgatar histórias de desaparecidos na época de Ditadura.

Ainda que seja um assunto complexo, o documentário/filme experimental explicita, pelo olhar de Lúcia Marat, a perspectiva de mulheres sobreviventes, sem fazer juízo de seus ideais; além de trazer certa leveza e esperança ao mostrar cada uma seguindo com suas vidas, convivendo com suas marcas, sem esquecer-se da importância dos seus traumas.

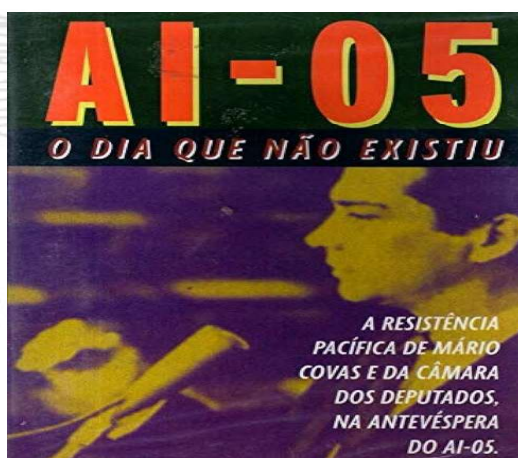


Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

“Que bom te ver viva” (1989), produzido por Lucia Murat, direção de produção de Kátia Cop e Maria Helena Nascimento, fotografia de Walter Carvalho, produzido pela Taiga Produções e a FCB – Fundação do Cinema Brasileiro. Classificação indicativa: 16 anos, duração média: 100min. Disponível pelo *Looke* dentro do serviço de *streaming Amazon Prime Vídeo*.



Fonte: CARTAZ: FILME “AI-5 O dia que não existiu” (2001)

O documentário “AI-5 O dia que não existiu” conta sobre o fatídico dia 12 de dezembro de 1968, quando a Assembleia Legislativa votava a cassação do mandato do deputado Mário Moreira Alves, além de contextualizar os dias anteriores e o que acontecia no mundo todo. Graças à pesquisadora Anna Lúcia Brandão, alguns registros daquela sessão forma preservados. O documentário utiliza entrevistas feitas no ano 2000, com peças que estiveram presentes no evento, além de contar com atores para reproduzir a sessão, optando por imagens estilizadas em preto e branco.

Além de entrevistas com historiadores, como Boris Fausto, há a presença do narrador, Paulo Markun, a fim de costurar o raciocínio dos entrevistados com o contexto da época, para maior compressão do espectador.

Antes do AI-5, as eleições diretas para governadores ocorreram em outubro de 1965, como previsto. No documentário, há relatos de parlamentares da época, como Santilli Sobrinho, que discorria sobre o caos e coação durante aquelas eleições. Houve uma polarização forçada entre partidos, dentre os quais havia a ARENA, que se alinhava com o posicionamento da Ditadura e a oposição moderada, que era o PMDB.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

A população, entretanto, demonstrava insatisfação com o governo. Em 1968, houve a primeira grande greve geral de operários, em Osasco, com repressão. Um dos entrevistados, Marcos Santilli, narra outro episódio de repressão, desta vez com estudantes, em que ele relembra a forte violência dos militares, além da explosão de uma viatura, que resultou em vários feridos, inclusive o próprio entrevistado, que estava acompanhado de seu pai.

O ministro Jarbas Passarinho também relembra fatos importantes que aconteceram antes da edição do AI-5, como a prisão do ativista Carlos Marighella, que foi tido como terrorista e solto graças a um pedido de *Habeas Corpus*. Este remédio constitucional, posteriormente, foi revogado pelo ato.

A insatisfação da população com a forte repressão também repercutiu no plenário. Em um dia menos frequentado, uma das parlamentares, Julia Steinbruch (na época deputada pelo MDB-RJ), realizou um discurso em nome de várias mães brasileiras, repudiando tais atos violentos. O documentário apresenta uma reconstituição da cena, além de finalizar com uma entrevista com a deputada, que continua com a mesma posição de repúdio à violência e que ideais devem ser protegidos.

Outro discurso polêmico foi o de Márcio Moreira Alves, que se utiliza de uma peça teatral grega para retratar a violência e virou motivo para questionamentos. Um dos repórteres, Rubem Azevedo Lima, que estava presente na sessão, narra o fato que toma proporções maiores. Pouco tempo depois, o ministro da Justiça da Época, após reunião com outras autoridades do governo, entra com um pedido de investigação para a cassação do mandato de Márcio Moreira Alves.

Em meio a outros protestos estudantis, desta vez em São Paulo, com a participação de estudantes da USP e da universidade Mckenzie, que teve uma vítima fatal, a Comissão de Justiça Instaura inquérito, no qual membros que estavam desfavoráveis à cassação foram substituídos por nomes favoráveis ao pleito. Isso resultou no adiamento da sessão de votação, que ocorreu no dia 10 de dezembro de 1968, em que teve o aval para continuar com o processo que estampou diversas manchetes dos jornais da época.

A sessão que votaria definitivamente para a cassação ocorreu no dia 13 de dezembro de 1968, quando vários deputados discursaram a favor de Márcio Moreira Alves, além do



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

discurso de própria defesa, em que foi reconstituído pelo documentário e reafirmando a liberdade de expressão.

Apesar de todo o movimento, o pedido de cassação não protestou na votação, visto que obteve o quórum simples necessário (cinquenta por cento dos votos dos presentes mais um) contrário à cassação; e Márcio Moreira Alves comemora o resultado, apesar de relatar que não se sentia mais seguro naquela situação.

As consequências foram observadas no dia seguinte à votação, tida como um dos estopins, pois o ato institucional nº5 foi decretado pelo governo ditatorial, retirando outros direitos constitucionais e intensificando a repressão política.

Fora a contextualização política do AI-5, o documentário é útil no resgate da participação feminina dentro da Assembleia e no resgate documental posterior, além de o papel feminino ser parte do discurso de Márcio Moreira Alves, centro da discussão final sobre o futuro democrático ou não do Brasil naquele instante.

“AI-5 O dia que não existiu” (2001) foi dirigido e roteirizado por Paulo Markun e Adélia Sampaio, edição de Hélio Rubens, produzido para exibição da TV Cultura e TV Câmara pela Arapy Produções. Classificação indicativa: Livre; duração média de 56min. Disponível na internet na íntegra no canal de sua produtora Arapy Produções no link:<<https://www.youtube.com/watch?v=QM2eZTaR0Ng>>.



Fonte: CARTAZ: FILME “A MEMÓRIA QUE ME CONTAM” (2012)



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Em “A memória que me contam” (2012), durante o conturbado processo político de abertura da Comissão Nacional da Verdade, vemos um grupo de ex-guerrilheiros e militantes contra a Ditadura Militar ser reunido após sua amiga Ana ser hospitalizada em estado grave. Com direção de Lúcia Murat, há no filme uma discussão dos usos da memória para a discussão do passado, além de ser dedicado a homenagear Vera Silvia Magalhães, uma das guerrilheiras envolvidas com o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, em 1969, um dos eventos mais marcantes da Ditadura Militar no Brasil.

A personagem Ana, interpretada por Simone Spoladore, é livremente inspirada em Vera. Sua história é narrada em flashbacks e também pelo olhar de outras personagens, mas especificamente com as memórias e interpretações dos personagens sobre como Ana era para eles. Em meio ao grupo reunido, Irene, interpretada por Irene Ravache, que retorna a uma produção de Lucia Murat após “Que bom te ver viva” (1989)”, é o principal arco dramático seguido pela história; ela serve como uma espécie de pseudônimo/encarnação da própria diretora e de seus conflitos internos em relação a seu trabalho, os anos passados, a luta militante e sua relação com Ana.

Apesar de Ana estar internada no seu leito de morte, a personagem está sempre presente, e interage, ainda que no campo da imaginação, com sua faceta jovem, que sempre é identificada com seu figurino oitentista. A Ana presente é aquela da memória dos personagens, múltipla: ora uma militante ativa, uma pessoa misteriosa, uma figura materna, uma tia distante ou melhor amiga. Nada nos é mostrado sobre os atos de Ana, a não ser pelo olhar ou lembrança de outro personagem.

Irene, apesar de gostar muito da amiga, tem várias divergências com Ana, até mesmo em seus ideais, o que fica nítido em um flashback, enquanto as duas estão na praia e conversam sobre corpos. Irene utiliza a arte para expressar sua luta, enquanto Ana se utiliza da luta armada para defender seus ideais.

O filme aproveita o período contemporâneo de sua produção da abertura da Comissão Nacional da Verdade, no país, para traçar um arco voltado a um thriller político desenvolvendo os bastidores de negociação interna para a criação da Comissão, sob os atos do personagem interpretado por Zé Carlos Machado, o ministro da Justiça José Carlos.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

O restante dos amigos, reunidos na sala de espera do hospital, discutem ao longo de diversas cenas suas angústias e aflições quanto à CNV, pois as memórias abertas tanto militares podem pautar uma retaliação, tanto os feitos da militância podem ser ressignificados e a luta desmoralizada. Em meio a essas discussões, a memória de Ana, já diante de uma morte iminente, é pauta de debate do grupo, questionando seus feitos e as possibilidades de sua história.

Ana é uma personagem complexa e bem trabalhada; foge daqui uma visão maniqueísta que idolatra a personagem para compor uma representação mais humana. Ana tem falhas que vão além das sequelas psicológicas ou física do pós-Ditadura; seu emocional é como dito no filme “explosivo”, suas atitudes, por vezes, soam egoístas e, ao mesmo tempo, são comparadas à força, à atitude e ao empoderamento. Virtudes que a tornam uma personagem feminina bem escrita.

O ativismo político é também ponto de enfoque; seu pensamento ideológico confrontam as ideias de oposição, as decisões sobre seu corpo são de seu controle, em referência ao momento em que ela fala sobre os abortos cometidos; sua sexualidade é também de seu controle, foge do arquétipo de personagens femininas que dependem do homem para tomar atitudes relacionados aos temas citados.

A tortura é debatida a partir dessas memórias; deixaram marcas tremendas nos personagens, levando o exercício de relembrar esse passado como um exercício doloroso. Ricardo, interpretado por Otávio Augusto, um dos amigos da época de guerrilha, faz o contraponto quando critica o próprio grupo e suas ações da época. Zezé (Clarisse Abujamra), outra ex-militante do círculo, discute com Irene sobre “não se colocar sobre o papel de vítima”, já que muitos também tinham causado a morte de outras pessoas. Com esses diálogos, o filme demonstra que aquela história não é feita de heróis e vilões; seus atos são frutos de um tempo de opressão, não humanidade e luta por resistência.

“A memória que me contam” (2012) é roteirizado por Lucia Murat e Tatiana Salem Levy, produção de Adrian Solar, Felicitas Raffo Julia Solomonoff e Lucia Murat, fotografia de Guillermo Nieto e montagem por Mair Tavares. Lançado no contexto político de 2012-2013 (primeira exibição em festival em 2012), o longa-metragem reflete bem os anseios



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

sociais e políticos, principalmente da esquerda brasileira no período que certa insegurança pela recepção de seus atos e um aparelhamento político-militar contrário à CNV geram um clima agriado na construção do roteiro carregado da personalidade de Lucia Murat.

Produzido pela Taiga Filmes, produtora de Lúcia Murat, premiado com o Troféu FIPRESCI, no Festival de Moscou 2013, com bilheteria mundial em torno de US\$ 26,5 mil. Classificação indicativa: 16 anos; duração média: 95 min. Disponível hoje por meios legais através da Reserva Imovision seção disponível no serviço de streaming Amazon Prime Vídeo.

No final do filme, antes dos créditos, uma mensagem deixa explícita a homenagem da diretora Lúcia Murat e sua equipe, a Vera Silvia Magalhães, chamada de “mito da sua geração”.

Capítulo 3- PRODUTO DIDÁTICO: O USO DE FILMES PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER NO ENSINO MÉDIO

Muito se discute sobre o uso de mídias alternativas na sala de aula. A questão foi amplamente discutida durante a pandemia do Covid-19, em 2020, quando o ensino remoto foi aplicado. Em meio a reuniões em grupo, o professor se reunia com seus alunos e a discussão passou a se construir no campo dos comentários.

Diante da necessidade imposta no contexto da pandemia, a cultura da videoaula ganhou relevância. O conteúdo pôde ser compartilhado com pessoas, não apenas do círculo de alunos locais, e ganhou uma escala global. Na simplicidade de uma pesquisa, pessoas até mesmo de fora do país podem ter acesso ao vídeo e também ao conhecimento, além de trazer discussões pertinentes ao tema, que pode e é adquirido coletivamente.

A geração atual de alunos é nativa da internet – não há nada mais natural do que incorporá-la na sala de aula – a fim de potencializar o dinamismo e aprendizado, afinal a tecnologia contribuiu ricamente para o resgate e preservação da memória.

Sons, imagens, interatividade, animações fazem parte da vida cotidiana dos nossos alunos e o ritmo acelerado de introdução dessas novas ferramentas na sociedade não



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

podem em hipótese nenhuma serem ignoradas pela escola. Apesar de toda a tecnologia disponível e mesmo presenciando as transformações da sociedade, muito pouco tem sido feito para modernizar as tradicionais aulas expositivas, nas quais o professor transcreve um conteúdo para o quadro negro e os alunos copiam para seus cadernos. (FRIEDRICH, CONRADI, 2011, p.2).

Ainda vale aqui ressaltar a importância de se pensar uma mediação que vai além dos muros da escola, uma vez que a publicização dos conteúdos e temáticas abordadas dentro dos colégios, via internet, corrobora na divulgação científica, atrai novos espectadores e curiosos ao tema e coloca, em público, o material acadêmico de qualidade frente a uma época, na qual é no meio digital que se populariza o revisionismo negacionista da história.

Nas últimas décadas, assistimos ao avanço cada vez maior das tecnologias de comunicação, em especial das mídias virtuais; somos tomados pela pressão política de grupos plurais demandando por seus direitos sociais e identitários e pelo registro de sua própria memória e história, narradas na primeira pessoa e não mais por outros. Somos deslocados de certo conforto diante de uma temporalidade que exige ações rápidas frente à grande quantidade de informações (muitas vezes equivocadas ou falseadas) e respostas imediatas a elas. Tudo isso exige um movimento de apropriação de métodos e meios que, ao mesmo tempo em que facilitam a multiplicidade de narrativas e o acesso a elas, podem produzir simplificações, confusões e até mesmo manipulações ideológicas e políticas sobre os usos do passado. (ROVAI, 2020, p. 2-3).

A partir do objeto de análise desta Dissertação, as representações cinematográficas que resgatam uma memória feminina da Ditadura Militar preservada, a produção aqui proposta segue a ideia de levar em continuidade essa discussão em meio público e midiático.

O resultado desse projeto foi a elaboração de uma série de videoaulas que visam à mediação do aluno desde seu caráter introdutório de contextualização histórica do período da Ditadura, a memória das mulheres vítimas desse contexto; o trabalho metodológico da análise cinematográfica atento às questões de gênero, amparado na análise dos três filmes explorados no capítulo anterior. Foi estabelecido que o conteúdo a ser distribuído fica em torno de cinco videoaulas, com no mínimo 10 minutos cada vídeo, não excedendo os quinze minutos de duração.

No decorrer de um mês, foi montado o roteiro das cinco videoaulas, trabalhando não apenas o conteúdo da Dissertação, como expandindo os conceitos, em demonstração a violência sofrida pelas mulheres na época da Ditadura Militar de forma física e também a psicológica, como censura no ambiente escolar e que tem graves consequências até o dia de



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

hoje. Uma das saídas para tal problema é justamente fomentar a discussão entre os alunos e expectadores.

Após o processo de gravação, houve o processo de edição de vídeo, em que foram estabelecidas legendas para facilitar a disseminação de conteúdo, abrangendo também pessoas que tenham deficiência auditiva. A plataforma utilizada para a postagem das videoaulas foi o *Youtube*, pela facilidade e fácil acesso a buscas. Contudo, há regras bem claras quanto ao conteúdo que é permitido na plataforma. Na seção de “diretrizes e comunidade”, é possível ler a seguinte regra:

Não permitimos os seguintes tipos de conteúdo, mesmo que haja um contexto educativo, científico, artístico ou documental:

- Agressão física/sexual violenta (vídeo, imagens estáticas ou áudio).
- Filmagem feita pelo agressor durante um evento muito violento ou que resultou em morte, em que armas, vítimas feridas ou ações violentas podem ser vistas ou ouvidas.

Sendo assim, foi realizada uma curadoria do que poderia ser veiculado ou não às videoaulas, afinal o tema da Dissertação é sobre violência contra mulheres, com o recorte histórico na Ditadura Militar, um período que foi marcado por perseguição por parte do Governo Ditatorial, como já falado anteriormente, além de inúmeros relatos de sobreviventes, nos quais a violência física e psicológica estivera presente. Dessa forma, houve cautela no conteúdo que fora para o *Youtube*, em que foram selecionados trechos de relatos de mulheres sobreviventes que não narrassem a violência com palavras explícitas.

Ainda assim, houve um cuidado para que as palavras não perdessem seu devido impacto e alertar os espectadores de que tome ciência de parte da violação de direitos humanos que foi praticada por parte dos operantes dos governos da época. Mesmo com todas as diretrizes impostas pelo aplicativo, foi escolhida por ser fácil acesso, conhecida por várias pessoas de diversas idades e com um sistema de buscas que permite uma maior amplitude de acessos às videoaulas, além de permitir a discussão na parte dos “comentários”.

Segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar. (CANDAU, 2011, p.163).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

No que tange a importância do resgate à memória e também a importância do Estudo da História, que foi negligenciado na época do Regime Militar, e sendo possível o enfoque em vozes que outrora foram silenciadas e agora tem a internet como importante difusor de conhecimento.

3.1 O CANAL MULHERES EM FOCO E SEQUÊNCIA DAS AULAS

O canal “Mulheres em Foco” nasce da necessidade de agregar as videoaulas propostas em um lugar principal; a ideia aqui não é apenas restringir a visão de uma história das mulheres apenas durante o período ditatorial; o nome sugere uma possibilidade de vinculação de outros conteúdos atentos às questões de gênero no estudo de História.

Pensar essas videoaulas é pensar numa interface e estética agradável e atrativa ao jovem estudante, aqui limitada pelo conteúdo das aulas, temáticas e sugestões filmicas ao público do Ensino Médio, em específico ao ano final – 3ºano. Esse recorte do público é necessário também às normativas do site que hospeda os vídeos, submetendo as aulas como conteúdo não infantil.

Atrair um aluno do Ensino Médio é trabalhar com a necessidade de uma linguagem além do sonoro, a visual. Por isso, o canal e as videoaulas intercalam as falas da apresentação com recortes imagéticos de fotos, manchetes, vídeos, colagens e outras fontes condizentes com o período estudado. Como, por exemplo: ao abordar o Golpe Civil-Militar do AI-1, o vídeo introduz imagens dos responsáveis pelo Golpe e comando posterior do país. A quebra de uma imagem estática de apresentação, ocorrida na mudança de ângulos e enquadramentos, serve como um estímulo a atenção do aluno.

A definição de uma marca de tempo voltada aos 10 minutos, além de colaborar com a possibilidade de uso no decorrer de uma aula presencial, - com o padrão de 50min – corrobora também a outro ponto relevante da discussão didática de hoje, a falta de concentração da geração Z, nativa digital e inserida hoje em redes sociais cada vez mais dinâmicas e aceleradas.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Em estudo lançado pela revista NeuroImage, um grupo de neurocientistas liderados por Conghui Su (2021) apresenta os resultados de taxas de dopamina elevadas quando do consumo desses jovens a vídeos de seus interesses entendidos pelo algoritmo da rede social TikTok. A dopamina atua como recompensa nas atividades cerebrais do jovem, porém, logo se esvai quando não há novo estímulo do próximo vídeo curto. Em resumo, podemos retratar essa geração como uma hiperconsumidora midiática. O ritmo das redes sociais é rápido, o que prejudica o foco e a atenção desses jovens a modelos midiáticos com ritmo lento ou não estimulante.

Ao mesmo tempo, vídeos com um estímulo ou fala acelerada podem gerar confusão ou desentendimento em alunos com dificuldade de aprendizagem. Sendo assim, busca-se um equilíbrio que permita o interesse e relacionamento do aluno com a videoaula, sem sobrecarregá-lo com excesso de informações. Isso porque, ao contrário do estudo de SU (2021), a videoaula não se porta como uma mídia fruto de algoritmo, mas sim um compromisso do aluno em estudar e adquirir conhecimento vindo desta.

Seguindo às competências e habilidades estipuladas pelo documento da BNCC e do Novo Ensino Médio (NEM) – PARANÁ – esse segundo especificamente à formação geral, uma vez que os itinerários formativos das áreas das humanidades têm ou caráter exclusivo ao pensamento econômico do Estado ou, quando da matéria Governo e Cidadania, apresenta como foco de discussão a atuação política hoje, sem menções explícitas ao período de ruptura democrática brasileira. Os itinerários do NEM estão interessados na construção de um cidadão atento à Constituição hoje, sem referencial histórico adequado.

Cabe à formação geral do NEM um momento de discussão da Ditadura Militar nos 2º e 3º Trimestres da 2ª Série, conforme as habilidades:

(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas. (BRASIL, 2018).

E pelo menos, ainda dentro desse planejamento, um momento específico ao estudo das questões de gênero e o papel da mulher na história:

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais. (BRASIL, 2018).

Atento às questões estéticas e didáticas e, com base no conteúdo temático/contextual retirado desta pesquisa, de acordo com o componente de formação geral e itinerário formativo de pensamento ao Ensino Médio, o plano de sequência das aulas gravadas segue as temáticas e títulos a seguir destacados. Ressalta a utilização das seções – objetivos de aprendizagem, objetos de conhecimento e conteúdo dos documentos aqui já citados.



IMAGEM – ABERTURA DO CANAL MULHERES EM FOCO. Fonte: As mulheres e resistência na Ditadura Militar. Disponível em: <<https://youtu.be/vJjDyKzKidA?si=1k5CNb0IHkPX2SX>>. Acesso: 21 de abr. de 2024.

Aula 1 - “As mulheres e resistência na Ditadura Militar”, com duração de 12min39s.Dis.

Conteúdos Abordados: Com um panorama geral sobre o início do Golpe Civil-Militar, os movimentos de luta e resistência contrários à Ditadura, o papel das mulheres nesses movimentos e, por fim, uma discussão inicial quanto à tortura e repressão.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Objetivos de Aprendizagem: Identificar e compreender os tensionamentos de diferentes projetos políticos e econômicos no Brasil e no espaço latino-americano na contemporaneidade.

Objetos do Conhecimento: Experiências políticas no Brasil e na América Latina.

Competência da BNCC: 6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeitando os Direitos Humanos.

Habilidade: (EM13CHS602); (EM13CHS603)

Observações: O material foi postado, na referida rede social, em 7 de novembro de 2023 e até meados de fevereiro de 2024, obteve 65 visualizações.

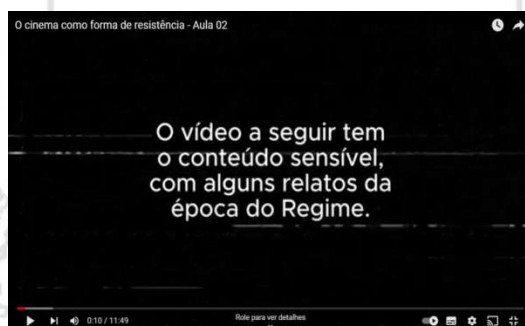


IMAGEM: VÍDEOAULA 02. Fonte: O cinema como forma de resistência. Disponível em: <https://youtu.be/-JR8xbBvIDM?si=3lPRnf_ftg_5CeEs>. Acesso: 21 de abr. de 2024.

Aula 2 - “O cinema como forma de resistência”, com a duração de 11min50s.

Conteúdos Abordados: Resgata o olhar da Arte como forma de resistência dentro do período ditatorial, e já leva a sugestão e debate dos filmes em seus momentos de produção posterior à Ditadura, principalmente com foco nas tramas e potencialidades, para análise dos filmes munidos das informações deixadas pelas aulas.

Objetivos de Aprendizagem: Identificar e comparar as violações dos direitos humanos e a busca por direito, memória e justiça no Brasil. Compreender e refletir as formas de exclusão social no mundo contemporâneo; avaliar e propor mecanismos para combatê-las.



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Objetos do Conhecimento: A repressão e as formas de resistência nos regimes militares latino-americanos e o processo de redemocratização.

Competência da BNCC:5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência; com adoção dos princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeito aos Direitos Humanos.

Habilidades: (EM13CHS602); (EM13CHS502); (EM13CHS503).

Observações: O vídeo postado em 8 de novembro/23 a meados de fevereiro/24 já obteve 42 visualizações.



IMAGEM: VÍDEOAULA 03. Fonte: O que foram os "Anos de Chumbo. Disponível em: <<https://youtu.be/r2AI2GRHTEI?si=yPbQ7xQBYtF5t9JB>>. Acesso: 21 de abr. de 2024.

Aula 3 - “O que foram os "Anos de Chumbo", com duração de 12min26s.

Conteúdos Abordados: Da discussão quanto à terminologia “Anos de Chumbo” em referência a Ditadura Civil-Militar brasileira, os embates militares e subversivos, o AI-5 como o “golpe dentro do golpe”, as práticas de tortura e principalmente seu emprego nas mulheres. Destaca-se aqui também a leitura de testemunhos dessas mulheres vítimas da violência das torturas.

Objetivos de Aprendizagem: Identificar e compreender historicamente o patriarcalismo, autoritário e heteronormativo, tendo em vista as diversas formas de violências e violações estruturais e relacionais, no passado e no presente da sociedade brasileira. Identificar e comparar as violações dos direitos humanos e a busca por direito, memória e



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

justiça no Brasil. Compreender e refletir as formas de exclusão social no mundo contemporâneo, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las.

Objetos do Conhecimento: A condição da mulher ao longo da história brasileira. A repressão e as formas de resistência nos regimes militares latino-americanos e o processo de redemocratização.

Competência da BNCC: 6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, com adoção aos princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeitando os Direitos Humanos.

Habilidade: (EM13CHS602); (EM13CHS502); (EM13CHS503).

Observações: até meados de fevereiro/24, obteve 34 visualizações.

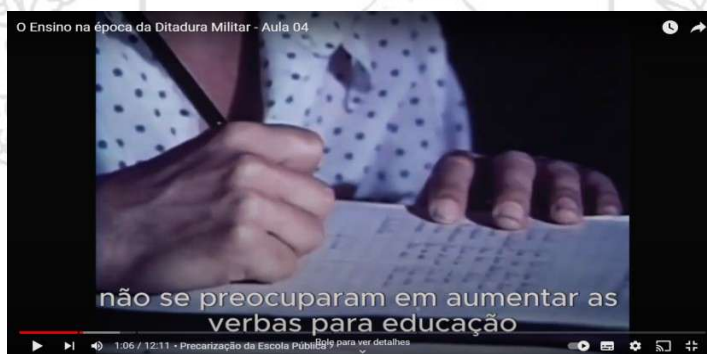


IMAGEM: VÍDEOAULA 04. Fonte: O Ensino na época da Ditadura Militar. Disponível em: <https://youtu.be/c9btrZQdRI4?si=YoYoA_ZiKSuaKbFJ>. Acesso: 21 de abr. de 2024.

Aula 4- “O Ensino na época da Ditadura Militar” com duração de 12min11s.

Conteúdos Abordados: Aqui aprofunda no debate do controle da educação na Ditadura o como o movimento estudantil atuou como resistência e guerrilha, os casos urbanos e a guerrilha do Araguaia. A participação feminina nos movimentos militantes.

Objetivos de Aprendizagem: Identificar e compreender os tensionamentos de diferentes projetos políticos e econômicos no Brasil e no espaço latino-americano na



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

contemporaneidade. Compreender e refletir as formas de exclusão social no mundo contemporâneo, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las.

Objetos do Conhecimento: Experiências políticas no Brasil e América Latina. A repressão e as formas de resistência nos regimes militares latino-americanos e o processo de redemocratização.

Competência da BNCC: 6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários e respeitando os Direitos Humanos.

Habilidades:(EM13CHS602); (EM13CHS603)

Observações: Consta que já ocorreram, até início de fevereiro, 40 visualizações.

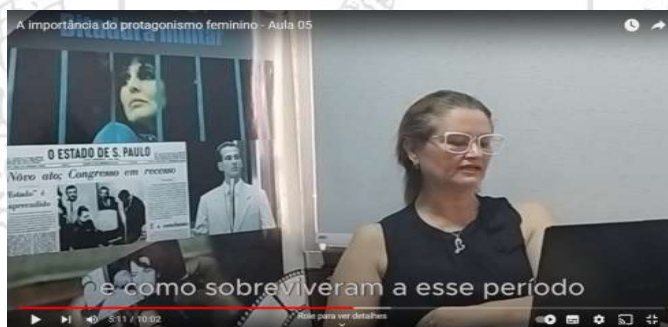


IMAGEM: VÍDEOAULA 05. Fonte: Mulheres em Foco. Disponível em: <<https://youtu.be/PfM6h225sM8?si=MCrgmhYFOUOfD8bj>>. Acesso: 21 de abr. de 2024.

Aula 5– “A importância do protagonismo feminino”, com a duração de 10min30s.

Conteúdos Abordados: Analisa os filmes escolhidos conectando-os ao contexto histórico, sinopse e produção, intercalando a discussão com trechos dos filmes. Encerramento e reflexões finais a respeito da importância das videoaulas, como meio atual de divulgação científica e histórica.

Objetivos de Aprendizagem: Identificar e compreender historicamente o patriarcalismo, autoritário e heteronormativo, tendo em vista as diversas formas de violências e violações estruturais e relacionais, no passado e no presente da sociedade brasileira.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Identificar e comparar as violações dos direitos humanos e a busca por direito, memória e justiça no Brasil. Compreender e refletir as formas de exclusão social no mundo contemporâneo, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las.

Objetos do Conhecimento: A condição da mulher ao longo da história brasileira. A repressão e as formas de resistência nos regimes militares latino-americanos e o processo de redemocratização.

Competência da BNCC: 5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

Habilidades:(EM13CHS602); (EM13CHS502); (EM13CHS503).

Observações: já obteve 54 visualizações até início de fevereiro.

3.2 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E O DEVER DOS/AS HISTORIADORES/AS HOJE

Juntamente com o papel estratégico da educação para a diversidade, é dever do professor de História proporcionar aos educandos as condições para que eles possam interpretar o mundo em que vivem. Primar pela garantia da inclusão, da igualdade de oportunidades e dos enfrentamentos aos preconceitos, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade, aqui em especial com enfoque às mulheres.

As produções cinematográficas que envolvem a violência sofrida pelas mulheres aqui analisadas servem como um potencial material didático, construindo um referencial imagético de muita utilidade ao caminho da concepção da literacia histórica em nossos estudantes de hoje.

Obras artísticas estão abertas a interpretações e fomentam o debate. É inegável também o cinema como forma de socialização: “À luz das novas teorias interacionistas, o cinema e os meios em geral constituem campos de interação simbólica em que os sujeitos constroem e compartilham significados.” (RIVOLTELLA, 2005, p. 75).



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

A escola é o lugar ideal para a promoção da cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças e de construção de conhecimento e do desenvolvimento de um espírito crítico.

Além o uso do cinema, as videoaulas hoje se apresentam como mais uma ferramenta útil tanto no uso pedagógico em sala e aula, quanto no processo de divulgação científica. Elas falam muito mais com as gerações de hoje; entretanto, podem acabar ficando subutilizadas, caso não haja uma assistência de base no ensino e apoio aos professores.

[...] os alunos estão prontos para a multimídia, pois são de uma geração que nasceu sob o fascínio das novas tecnologias. Todavia, o professor que é de uma geração diferente terá que adequar sua forma de trabalho para atrair essa plateia acostumada a cor e movimento. Para isso será necessário que o professor se atualize e aprenda a utilizar as tecnologias existentes. Não basta ter um laboratório e/ou sala de vídeo equipado, é necessário que se saiba operá-los. (FRIEDRICH, CONRADI, 2011, p. 5).

O artigo de Friedrich e Conradi (2011) analisa as escolas paranaenses que receberam materiais para utilização de produção de mídias educacionais, porém é constatado uma falta de interesse por parte dos professores em utilizar essas tecnologias, e não por falta de vontade.

Com um dia a dia sempre mais ocupado em sala de aula, principalmente após a leva de inserção de inúmeras plataformas digitais de uso obrigatório do aluno, o professor hoje se vê em uma “corda-bamba” ao equilibrar o ensino, avaliações e reflexões à prática relacionadas ao cotidiano escolar, com a inserção dos multimeios tecnológicos e ainda a exigência de práticas pedagógicas diferentes. Muitas vezes, essas três frentes de batalha ficam intransponíveis quando o professor não recebe apoio do Estado e da classe na garantia de direitos, salários e abonos justos e necessários, ou sem os projetos de formação continuada que não passem do campo teórico e permitam tempo hábil de trabalho desses profissionais na utilização dessas tecnologias.

Um projeto como este, que resultou em videoaulas, leva tempo de pesquisa, elaboração, edição e aplicação, tempo pouco presente no diário comum dos educandos.

Por último, cabe aqui retomar a literacia como um processo em construção que se alia muito bem às novas práticas e metodologias da sala de aula, porém se diferencia de um uso comum pouco ativo:



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

[...] deve ser uma atividade planejada, significativa não bastando apenas levar os alunos a um laboratório de informática ou passar um filme, documentário ou animação simplesmente com a intenção de apenas reproduzir. Muitas vezes, temos professores entusiastas na utilização das novas tecnologias que não percebem que o caminho que estão utilizando está totalmente fora dos padrões desejáveis. Segundo a bibliografia consultada, usar os recursos sem uma aplicação pedagógica eficiente é sinônimo de querer participar do modismo da Era Digital sem avaliar os resultados dessas ações.

Fazer um uso significativo das mídias implica, por exemplo, não meramente utilizar-se de filmes ou documentários para simplesmente “ilustrar” o conteúdo. Dessa maneira, o filme é mais utilizado como um substituto do texto didático ou da aula expositiva, ou é ainda considerado uma ilustração que dá credibilidade ao tema que se está estudando. O documentário e o cinema constituem uma poderosíssima fonte de estudos históricos e está muito aquém de ser meramente ilustrativo, pois possibilita inúmeras possibilidades de aprendizagem [...] (FRIEDRICH, CONRADI, 2011, p. 8).

O filme, sem sua contextualização e debate, é apenas peça de entretenimento, ou ainda um potencial gerador dos erros comuns discutidos anteriormente quanto ao trato de filmes, segundo o trabalho de Napolitano (2004). A literacia discutida por Lee (2006) e Schimidt (2009) é uma ferramenta que analisa o mundo partindo de uma bagagem histórica não ilustrativa e factual, mas, sim, atenta a ideia de processo e na história como uma linearidade inconstante e volátil.

Olhar o filme munido da literacia (ou em processo de se munir) é exercitar os alunos a encontrarem a mensagem além da superficialidade, entender os posicionamentos artísticos, políticos, filosóficos e ideológicos que essa obra carrega. Evita principalmente o erro comum a muitos jovens de acreditar que a arte não é política.

Fora os debates dos pensadores da arte do cotidiano, a literacia histórica prova. Toda arte é política! E quando livremente, alunos e cidadãos não conseguem entender e valorizar a prática política em nossa sociedade, mais próximos voltamos a uma experiência histórica baseada na violência e no autoritarismo para resolução de embates antes democráticos.

A violência é um problema social que adentra o espaço escolar com frequência, e sua problemática, seja aquela em que o sujeito é vítima seja aquela que é protagonizada por ele, provoca, cada vez mais perplexidade e é objeto de grande preocupação no meio escolar. Fatos que motivam professores e professoras a pensar estratégias em sala de aula que coloquem em pauta o respeito às diferenças e o debate acerca das garantias de direitos, que constituem, em nossa opinião, uma via relevante para atenuar e superar a violência em suas diversas manifestações no âmbito escolar. (CASTRO NETTO e PEREIRA, 2019, p. 26).



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Garantido pela PCN e BNCC, o estudo pensado para a História, em sala e aula hoje, visa à formação de um aluno cidadão, visão advinda diretamente das discussões da Constituição Cidadã de 1988, documento símbolo dos novos ares políticos de um país em processo de redemocratização.

Se cidadania é a palavra “de ordem”, ou melhor, que substitui a ordem da Ditadura Militar, construir um aluno cidadão hoje exige o domínio do aluno das inconsistências à história política e social do país, que vive ainda uma jovem democracia.

Preservar a memória da resistência e dos torturados da Ditadura é garantir a permanência das bases que hoje garantem a Constituição Cidadã. Portanto, dever do educador: “É papel do/a educador/a fomentar a abertura de um diálogo para a diversidade e, sobretudo, promover a dignidade humana, principalmente nos grupos em situação de vulnerabilidade e insegurança social.” (CASTRO NETTO e PEREIRA, 2019, p. 26).

Os professores que atuam no Ensino Médio, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9394/96 – sabem que é neste momento que o educando vai começar a realmente integrar-se à sociedade. Assim, deve adquirir os elementos necessários para atingir seus objetivos. Cabe a viabilidade da educação auxiliar a produção e prática de meios que façam desses novos integrados, verdadeiros sujeitos históricos.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período dos governos militares foi prejudicial às garantias constitucionais e aos direitos humanos, uma vez que foram realizadas inúmeras investidas contra os indivíduos e seus direitos e a violência contra as mulheres foram implacáveis, por tratar-se de resquícios do patriarcado brasileiro. Nesses anos, ocorreram inúmeros tipos de torturas que correspondiam a métodos contrários a Declaração Universal dos Direitos Humanos e principalmente ao gênero feminino, procuravam feri-las tanto física, psíquica ou moralmente, simplesmente por terem nascido com o sexo feminino.

Foi pensando nisso que esta Dissertação criou corpo e trabalhou com uma cronologia histórica desde o período do Golpe Civil-Militar (1964), que foi concebido por autoridades e entidades de classes com o apoio da população conservadora e com os respectivos governantes militares (1964-1985): marechal Humberto Castello Branco, marechal Arthur Costa e Silva, general Emílio Médici, general Ernesto Geisel e general João Baptista Figueiredo.

Por meio dos dispositivos legais institucionalizados, em especial, o Ato Institucional de nº 5, de 13 de dezembro de 1968, foi conferido amplos poderes aos presidentes da República, tais como autonomia para fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos eletivos e institucionalizar a repressão. E, com a colaboração do Comando de Operações de Defesa Interna (CODI) que coordenava os Departamentos de Operações e Informações (DOIs), e outros órgãos militares, conseguiram manter, por mais de uma década, os governos militares no poder.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Para isso também determinaram a censura prévia às publicações, incluindo jornais, revistas, livros, filmes e programas de rádio e televisão; com essas medidas implacáveis, o Governo controlava o conteúdo divulgado e evitava críticas ao regime. Por outro lado, utilizavam muitos veículos de comunicação, pagos com o dinheiro público, para disseminar propagandas e *slogans* governamentais que fossem positivos à Ditadura Militar, como: o suposto “Milagre Econômico”, “Brasil, um país que vai pra frente” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Entretanto, a partir de 1974 a 1985, passa a tomar forma o projeto de abertura política como sendo uma "distensão lenta, gradual e segura", com os governos Gal. Ernesto Geisel e do Gal. João Batista Figueiredo. Mas continuava o controle sobre os meios de comunicação e a censura prévia; assim como também utilizaram o AI-5 para fechar o Congresso Nacional, em abril de 1977, após o projeto governamental de reforma judiciária não alcançar o número necessário de votos na Câmara dos Deputados.

E, finalmente a aprovação da “Lei da Anistia”, no dia 28 de agosto de 1979, que permitiu o retorno de exilados políticos ao Brasil e concedeu perdão aos presos políticos. Entretanto, o objetivo principal da lei era de isentar de qualquer retaliação os agentes governamentais, após a redemocratização do país. Também, extinguiram o bipartidarismo e permitiram o retorno do multipartidarismo e com a campanha das “Diretas Já”, 1984, os partidos oposicionistas aos militares conseguiram implementar, a partir de 1999, eleições majoritárias no país.

É imprescindível que os governos militares, de 1964 e 1985, sejam sempre lembrados como violadores dos direitos humanos, haja vista que não respeitaram nem mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas determinações, pois burlavam o sistema político e jurídico por meio de leis, decretos e atos institucionais, em prol da “Segurança Nacional” e, contrárias à própria Declaração Universal dos Direitos Humanos e as garantias fundamentais, como o direito à liberdade, à igualdade, à dignidade e à fraternidade.

Isto é, medidas incompatíveis com o Estado Democrático de Direito. Relatos do descaso com os seres humanos estão transcritos em documentos históricos da época, como o relatório de vítimas do Regime Militar, que faz parte do livro/projeto “Brasil, Nunca Mais”



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

(Arquidiocese Católica do Brasil) e nos relatórios da “Comissão Nacional da Verdade” (2012-2014). E como inserir a mulher nesse contexto?

Destaca-se que, principalmente, as mulheres militantes e que se posicionavam contrariamente ao viés político do Governo, passaram a ser vigiadas, presas, torturadas e assassinadas, pelos agentes da repressão, que não pouparam os mais terríveis assédios aos corpos femininos. Essas, jovens e senhoras, foram vilipendiadas pelos seus torturadores, que as submetiam a métodos capazes de lhes tirarem o desejo de permanecerem vivas. Haja vista, as técnicas utilizadas pelos oficiais, que as feriram nos aspectos físico, psicológico e moral, em procedimentos de torturas, direcionadas ao gênero feminino, por causa de seu sexo. São vivências que jamais devem ser esquecidas pela história brasileira. E, é por isso, que os historiadores devem buscar sempre os meios necessários para despertar no educando o interesse pela memória histórica e política do país.

E, em conformidade com a Lei nº 9394/1996, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular e ao Referencial Curricular do Ensino Médio do Paraná, documento de 2021, que protege os estudos de História do Brasil com as temáticas dos movimentos sociais, direitos humanos, e componentes curriculares como História da Ditadura Civil-Militar, que foi possível a realização desse trabalho.

Sendo assim, nas instituições escolares, compete ao professor, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estabelecer os conteúdos que serão trabalhados em cada ciclo educacional, assim como o objeto de pesquisa. Dessa forma, os objetos escolhidos para essa Dissertação foram as produções cinematográficas: “Que bom te ver viva – 1989”, “A memória que me contam – 2012” e “AI-5 O Dia que não existiu – 2001”. Destaque para a metodologia de ensino, que analisou o objeto cinematográfico, o contexto de produção, produtores, diretores, sinopse, suas representações.

Importante lembrar que a produção para o cinema está em conformidade com a faixa etária dos educados. Também, as questões sobre a necessidade da inserção e debate de gênero no ambiente escolar é o papel estratégico da educação para a diversidade e a garantia da inclusão, da igualdade de oportunidades e de enfrentamento ao preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Como produto didático, foram realizadas cinco produções de videoaulas, que tratam da história da Ditadura Militar no Brasil, 1964-1985, com o intuito de se explorar a cinematografia, junto aos educandos do último ano do Ensino Médio. Assim surge o canal do *Youtube* “Mulheres em Foco”, com o desejo de atrair a atenção do aluno do Ensino Médio - com a concentração da geração Z, nativa digital e inserida hoje em redes sociais cada vez mais dinâmicas e aceleradas.

Dessa forma, as cinco aulas de curta duração estão disponibilizadas da seguinte forma: aula um, com o tema “As mulheres e resistência na Ditadura Militar”, duração de 12min39s, que aborda um panorama sobre o início do Golpe Civil-Militar, os movimentos de luta e resistência contrários à Ditadura, o papel das mulheres nesses movimentos e, por fim, uma discussão inicial quanto à tortura e repressão.

A aula dois, “O cinema como forma de resistência”, duração de 11min50s, resgata o olhar da Arte como forma de resistência dentro do período ditatorial e já leva a sugestão e debate dos filmes em seus momentos de produção posterior à Ditadura, principalmente com foco as tramas e potencialidades para análise dos filmes munido das informações deixadas pelas aulas.

A aula três, “O que foram os “Anos de Chumbo”, com duração de 12min26s, realiza a discussão quanto à terminologia “Anos de Chumbo” em referência à Ditadura Civil-Militar brasileira, o embate militares e subversivos, o AI-5 como o “golpe dentro do golpe”, as práticas de tortura e principalmente seu emprego nas mulheres, destacando a leitura de testemunhos dessas mulheres vítimas da violência das torturas.

Na aula quatro, “O Ensino na época da Ditadura Militar”, com duração de 12min11s, aprofunda o debate do controle da educação dentro da Ditadura e como o movimento estudantil atuou como resistência e guerrilha, os casos urbanos e a guerrilha do Araguaia, assim como a participação feminina nos movimentos militantes. Por fim, a aula cinco, “A importância do protagonismo feminino”, com a duração de 10min30s, analisa os filmes escolhidos e suas conexões ao contexto histórico, sinopse e produção, intercalando a discussão com trechos dos filmes.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FONTES

FILME - **A MEMÓRIA que me contam**. Dirigido por Lúcia Murat. Gênero: Drama Nacional. 95 min. Classificação: 16 anos. País: Brasil. Ano 2012. Disponível em: <https://www.primevideo.com/dp/amzn1.dv.gti.503c341e-cdd5-4e94-83a9-a377e8aca826?autoplay=0&ref_=atv_cf_strg_wb>. Acesso em: 18 fev. 2024.

FILME - **AI-5 – O dia que não existiu**. Dirigido por PualoMarkum. Gênero: documentário história nacional. 56 min. Classificação: livre para todos os públicos. País: Brasil. Ano: 2001. Disponível em: <<https://youtu.be/QM2eZTaR0Ng?si=Hyl-m01vEBSXsF3o>>. Acesso em: 18 fev. 2024.

FILME - **QUE BOM te ver viva**. Direção, roteiro e produção executiva de Lúcia Murat. Diretor-assistente: Adolfo Orico Rosenthal. Direção de produção: Kátia Cop e Maria Helena Nascimento. Elenco: Irene Ravache. Gênero: drama, documentário. Inédito. 100 min. Classificação Indicativa: 16 anos. País: Brasil. Ano: 1989. Disponível em: <https://www.primevideo.com/dp/amzn1.dv.gti.ceb9975a-7e96-2e0c-1002-a21d66ecba39?autoplay=0&ref_=atv_cf_strg_wb>. Acesso em: 18 fev. 2024.

PALMAR. Aluizio Ferreira. Documentos Revelados. **Tipos de torturas usadas durante a ditadura militar**. Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>. Acesso: 31 de marc. 2024.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, **Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965**, Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4740-15-julho-1965-368290-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

BRASIL, Governo. Presidência da República, Casa civil. **Decreto-Lei nº 1077 de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Federativa do Brasil. Disponível no site:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm>. Acesso em 02 de fev. de 2023.

BRASIL, Governo. Presidência da República, Casa civil. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em 02 de fev. de 2023.

BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 31 de mar. de 2024.

BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil, **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil. **Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964**. Serviço Nacional de Informações. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

BRASIL. Governo. Presidência da República, Casa Civil, **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**, Concede Anistia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 31 de marc. 2024.

REFERÊNCIAS

AJOR. Associação de Jornalismo Digital. **Para nunca esquecer**: 8 relatos de vítimas da ditadura militar no Brasil. 2019. Depoimento de Izabel Fávero. Disponível em: <<https://www.nonada.com.br/2019/03/para-nunca-esquecer-8-relatos-de-vitimas-da-ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO - "**Brasil: Nunca Mais**". Petrópolis, Vozes, 1985.

BARRONCAS, Ramon. **A memória, o esquecimento e o compromisso do historiador**. Em tempo de Histórias. n 21. p 124-136, 2013.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

BENJAMIN, Walter. **Teses Sobre o Conceito de História**. In: Obras escolhidas. Vol. I. Magia e técnica, arte e política, Ensaio sobre literatura e história da cultura, Brasiliense, São Paulo, 1987, pp. 222-232

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo; Cortez Editora, 2005.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20) 49ª reimp. da 1. ed. de 1981.

BRASIL. Governo. Arquivo Nacional. Centro de Referência de Acervos Presidenciais. **João Belchior Marques Goulart**. Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/155-joao-goulart>>. Acesso em: 11 de mar. 2024. Ver.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Os presidentes da ditadura militar**. Fonte: Agência Câmara de Notícias, Brasília. 28/12/2006. Disponível no site: <<https://www.camara.leg.br/noticias/93692-os-presidentes-da-ditadura-militar/>>. Acesso em 29 de jan. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Registros das Sessões. **Miguel Arraes**. Década 1980 – 89. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/discursos-em-destaque/serie-brasileira/decada-1980-89/biografia-miguel-arraes>>. Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. UNICEF. Para cada criança. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

BRASIL. Governo. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Governo. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD 4, 2007. Disponível no site: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/pronacampo/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

BRASIL. Governo. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Censura nos meios de Comunicação**, de 07 de abril de 2022, escrito por: Daniel Aarão e Denise Rollemberg. Disponível em: <<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/destaques/censura-nos-meios-de-comunicacao>>. Acesso em 02 de fev. de 2023.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

BRASIL. Nações Unidas. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Rio de Janeiro. **Sobre a ONU**. Disponível em: <<https://www.un.org/pt/rio#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,contidos%20em%20sua%20Carta%20fundadora>>. Acesso em: 31 de marc. 2024.

BRUNELO, Leandro. **Representação política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das Araucárias**. Maringá: Eduem, 2009.

BRUZIGUESSI, B. **Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 1, p. 47-64, 7 out. 2014. P. 57

CARVALHO, Lucas Borges de. **Os meios de comunicação, a censura e a regulação de conteúdo no Brasil: aspectos jurídicos e distinções conceituais**. Periódicos UNB- 2012 (p. 51-82). Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/RDET/article/view/21575/19891>>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

CASTRO, Celso; SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. / Introdução e organização Maria Celina D'Araujo, Glaucio Ary Dillon Soares, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 336p.

CASTRO NETTO, DAVID ANTONIO DE ; PEREIRA, M. J. . **Direitos Humanos e violência no espaço escolar**. In: Angelo Priori; Delton Aparecido Felipe; Márcio José Pereira. (Org.). Conversas sobre Direitos Humanos e práticas educativas no espaço escolar. 1ed.Maringá: Edições Diálogos, 2019, p. 25-36.

CODATO, Adriano Nervo. **O golpe de 1964 e o regime de 1968: Aspectos conjunturais e variáveis históricas**. História: Questões e Debates, Curitiba, nº 40, p.11-36, 2004. Editora UFPR.

CNV- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da CNV relata técnicas de torturas durante a ditadura militar**. Ano 2015. Disponível no site: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/relatorio-da-cnv-relata-tecnicas-de-torturas-durante-a-ditadura-militar/16087157>>. Acesso em 02 de fev. de 2023.

CORRÊA. Larissa Rosa. **O departamento estadual de ordem política e social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, n.33, 2008. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/texto04.pdf>>. Acesso em: 31 de mar. De 2024.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DINIZ, Marcio Roberto Nogueira **Repressão e tortura: memórias das mulheres durante a Ditadura Militar no Paraná (1964-1985)**. Maringá, PR, 2021. Orientador: Prof. Dr. Leandro Brunelo. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2021.

FERREIRA, Juliana Kummer Perinazzo; GRISOLIO, Lilian Marta. **Os feminismos e a ausência das mulheres nos livros didáticos de História**. p. 73 -88. In: Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras. São Paulo: Blucher, 2016.

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERRO, Marc. **História: Novos Objetos**. Direção de Jacques Le Goff e Pierrb Nora. Tradução de Terezinha Marinho Revisão técnica de Gadiej, Perruci 4.a EDIÇÃO 4 Francisco Alvts. O filme: uma contra-análise da sociedade? Marc Ferro, 1995.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.87.

FOERSTE, Gerda Margit Schütz. **Leitura de imagens: um desafio à educação contemporânea**. Vitória: EDUFES, 2004.

FREITAS, M. de A. **Entre estereótipos, Transgressões E Lugares Comuns: Notas Sobre a Pornochanchada No Cinema Brasileiro**. In *texto*, nº 10, abril de 2008, p. 65-91. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3639>>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

FRIEDRICH, Iara Inês Hickmann. CONRADI, Carla Cristina Nacke. **Uso e produção de vídeos nas aulas de História: limitações e possibilidades**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da Escola Pública Paranaense. Curitiba: SEED/PR, v. 2, p 1-24. 2011.

GRUBBA, Leilane Serratine. **A representação da mulher no cinema: um estudo a partir da pesquisa em estado do conhecimento**. In: Sequência: Estudos jurídicos e políticos. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. Vol 43. 2022.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Educar Curitiba, Especial. Editora UFPR. p. 131-150, 2006.

MAZZEI, Victor Reis; DOS SANTOS, Alessandra Santarosa; DILÁSCIO, Julia Soresini Ramalho. **A identidade e a alteridade nos slogans durante a Ditadura Militar Brasileira**. Comunicação: Reflexões, experiências, ensino, v. 12, n. 2, p. 9-18, 2017.



Universidade Estadual de Maringá

Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **DOI-CODI a máquina de torturar e matar**. 2015-2017. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/doi-codi-a-maquina-de-torturar-e-matar>>. Acesso em: 31 de marc. 2024.

MULVEY, Laura. **Prazer Visual e Cinema Narrativo**. Tradução João Luiz Vieira. In: XAVIER, Ismail (Org). A experiência do cinema: antologia. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. 2ª edição, Contexto, p. 11 São Paulo: Contexto, 2004.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O Serviço Nacional de Informações (SNI): O Sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964-1967)**. Revista Crítica Histórica Ano V, nº 10, dezembro/2014, pg.135. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2953/pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. tradução Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papyrus, 2005 (Coleção Campo Imagético).

PARANÁ, Governo. Secretaria de Educação e do Esporte do Estado do. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná**, 2021, VI. 1. Disponível no site: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/ensino_medio_referencial_curricular_vol1_vf.pdf>. Acesso em: 03 de abr. de 2023.

PARANÁ, Governo. Secretaria de Educação e do Esporte do Estado do. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná**, 2021, VI. 2. Disponível no site: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/ensino_medio_referencial_curricular_vol2_vf.PDF>. Acesso em: 03 de abr. de 2023.

PIOVESAN, Flavia. **Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro**. Revista anistia política e justiça de transição, n. 2, p. 176-189, 2009.

PIREZ, Thomaz. **Notícias armadas: uma pesquisa sobre a cobertura do jornal do Brasil e Estado de São Paulo sobre o caso Riocentro**. 2007.

PONGE, Robert. **1968, dos movimentos sociais à cultura** Robert. Organon, revista científica do Instituto de Letras - UFRGS - Porto Alegre, nº 47, julho-dezembro, 2009, p.39 – 55.

RAALTE, Christa van (2015). "1. **No Small-Talk in Paradise: Why Elysium Fails the Bechdel Test, and Why We Should Care**". In SAVIGNY, Heather; THORSEN, Einar; JACKSON, Daniel; ALEXANDER, Jenny (eds.). Media, Margins and Popular Culture. Springer. ISBN 9781137512819.



Universidade Estadual de Maringá Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** (livro eletrônico) – Londrina: Eduel, 2013. Disponível no site: <<https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/ditadura%20militar.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. de 2023.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. **Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada** Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 11, no 3, setembro-dezembro, 2019, p. 391.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. **I cinema luogodieducazione, trasacuolaedextra-escola**. In Rivoltella, Pier Cesare. Media education: fondamentididattici e prospettivediricerca Brescia, Editrice La Scuola, 2005a.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Pública: um desafio democrático aos historiadores**. In Coleção História do Tempo Presente: volume 2 / Tiago Siqueira Reis et al. organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SÃO PAULO. Governo. Câmara dos Vereadores. Portal da Câmara Municipal de São Paulo. **Quando os vencidos narram a história**. 13 de janeiro de 2022. Texto: Fausto Salvadori. Edição: Sândor Vasconcelos. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/quando-os-vencidos-narram-a-historia/>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

SÃO PAULO, Governo. **Memorial da Resistência de São Paulo – Governo do Estado. Mortos e desaparecidos políticos**. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/classificacao-de-pessoas/morto-desaparecido/>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, DERMEVAL. **O legado educacional do regime militar**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, Brasil. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622008000300002>>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SERGIPE. Governo, Palácio Museu Olímpio Campos. **João de Seixas Dória**. Texto elaborado pela equipe da Coordenação de Educação e Pesquisa do PMOC. Disponível em: <https://palacioolimpiocampos.se.gov.br/site/detalhe_governador.jsp?id=33>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Literacia histórica, um desafio para o ensino de história no século XXI**. História & Ensino. Londrina: Ago, 2009.



Universidade Estadual de Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

SGANZERLA, Rogério. **De que lado a Constituição brasileira estava?** Uma análise do rol de direitos e garantias fundamentais vigente durante o Regime Militar no Brasil (1964-1985). Faculdade de Direito da UFJF - Governador Valadares Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado, V.1, nº1, docx, pág. 98. 2017.

SMELIK, Anneke. **Feminist film theory**. In P. Cook, & M. Bernink (Eds.), The cinema book (pp. 353-365). London: British Film Institute. 1999.

STARLING, Heloísa. Em entrevista ao jornal Estadão, realizada por José Neumann, em 17 de maio de 2018, e atualizada em 30 de agosto de 2023 - **A sede dos "porões da ditadura", era o Planalto, diz historiadora**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/neumann/a-sede-dos-poroes-da-ditadura-era-o-planalto-diz-historiadora/>>. Acesso em: 31 de mar. 2024.

SU, Conghui. ZHOU, Hui. GONG, Liangyu. TENG, Binyu. GENG, Fengji. HU, Yuzheng. **Viewing personalized video clips recommended by TikTok activates default mode network and ventral tegmental area**. NeuroImage, Volume 237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.neuroimage.2021.118136>>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar**. RIDH, Bauru, v.2, nº 2, p. 9-18. 2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; LIMA, Fernanda Ribeiro. **A Mulher e Seus Diferentes Papéis na Sociedade Moderna e no Telejornalismo Goianiense**. In: Intercom 2014, Anais eletrônicos. Foz do Iguaçu, PR, 2014.

TUGENDHAT, Ernst. **A Controvérsia sobre os Direitos Humanos**. Tradução: Prof. Sérgio Borja, Porto Alegre, 10 de nov. de 1988. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. -Vol. 17 -Porto Alegre: UFRGS. 1999, p. 77-87- Irregular - Continuação de: Revista da Faculdade de Direito de Porto Alegre, publicada de 1949-1974.

VALIM, Alexandre Busko. **Novos Domínios da História**. Cap. 15 – pg.283-300. Organizadores: Ciro Flamarion Cardoso Ronaldo Vainfas – Rio de Janeiro: Elsevier. 2012.